

## Demonstrações Financeiras 2020

2020 foi um ano atípico, que lidamos com os desafios que a pandemia global nos impôs. Cientes da relevância do serviço essencial que prestamos – o acesso à energia elétrica –, colocamos em prática um plano especial para garantir a continuidade do negócio, adotamos medidas focadas na cultura de segurança do trabalho, reafirmamos o nosso compromisso de desenvolvimento socioambiental e avançamos na estratégia de crescimento. Mesmo com as adversidades do ano, alcançamos resultados recordes, pautados na excelência operacional e na solidez da gestão financeira.

**Confira nossas Demonstrações Financeiras e nossa busca constante por criação de valor sustentável.**

COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE  
ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.998.611/0001-04

Mensagem da  
Administração

Este foi um ano atípico. Quando contarmos a história de 2020 para as futuras gerações, destacaremos os desafios que a pandemia global nos impôs. Cientes da relevância do serviço essencial que prestamos - o acesso à energia elétrica -, colocamos em prática um plano especial para garantir a continuidade do negócio. Reduzimos significativamente o número de colaboradores em nossas instalações e ativamos o segundo centro de operação para assegurar o pleno atendimento das transmissões de carga em nossa rede. Em algumas localidades, organizamos acampamentos a fim de evitar deslocamentos e reduzir o risco de contágio. O avanço obtido até então em nossa jornada de transformação digital foi essencial para que pudéssemos instituir, com agilidade, o trabalho remoto para todas as atividades cuja presença física não era imprescindível.

O exercício destacou-se ainda pela adoção de uma série de medidas focadas na cultura de segurança do trabalho, especialmente em nossa cadeia produtiva. Continuamente, empreendemos esforços e destinamos investimentos para a proteção de nossos colaboradores, próprios e contratados. Apesar de todos esses protocolos de segurança, infelizmente, tivemos uma fatalidade no período. Revisamos e reforçamos os procedimentos para consolidar, sistematicamente, nossos valores com os públicos com os quais nos relacionamos.

Em consonância com nosso compromisso de desenvolvimento socioambiental, por meio do Programa Conexão Jaguar, reafirmamos nosso apoio ao Instituto Homem Pantaneiro na preservação de mais de 76 mil hectares na região da Serra do Amolar, localizada no Pantanal, local devastado pelo fogo em 2020. Além das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa, contribuimos com a aquisição de uma embarcação para auxiliar no deslocamento de brigadistas para o combate aos incêndios.

Caro leitor,

A ISA CTEEP tem como grande missão gerar valor sustentável aos seus públicos de relacionamento. Fazemos isso em todas nossas tarefas cotidianas e por meio de programas sociais e ambientais que asseguram a longevidade corporativa e criam valor para nossos investidores.

Mesmo em um ano tão atípico e com tantos desafios, alcançamos resultados recordes, pautados na excelência operacional e na solidez da gestão financeira. Registramos no ano receita líquida em IFRS de R\$ 3,7 bilhões que, aliada à nossa disciplina de custos, permitiu avanço da margem EBITDA, e o lucro líquido em IFRS foi de R\$ 3,4 bilhões. Esse resultado impulsionou o avanço da estratégia que tem como foco crescimento com geração de valor sustentável e também viabilizou a distribuição de proventos no montante de R\$ 1,67 bilhão, que representa *dividend yield* de 9%.

No âmbito regulatório, houve a definição da metodologia e aplicação da Revisão Tarifária Periódica para os contratos renovados, além do início do recebimento da remuneração do componente financeiro da Rede Básica Sistema Existente (RBSE) pelo custo de capital próprio, com impacto positivo no resultado combinado, de R\$ 1,2 bilhão no resultado em IFRS (*International Financial Reporting Standards*) do ano.

Avançamos na estratégia de crescimento. Colocamos em operação dois projetos - as Interligações Elétricas Itaquerê e Tibagi -, realizamos nosso primeiro negócio de *real estate*, arrematamos o segundo maior lote do leilão de transmissão nº 001/2020, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com investimento previsto de R\$ 1,1 bilhão e assinamos o contrato para aquisição da Linha Piratininga Bandeirantes por R\$ 1,6 bilhão, que adicionará RAP de R\$ 172 milhões no ciclo 20/21. Também avançamos em nosso plano de modernização, com investimentos em reforços e melhorias superiores em 73,6% em relação ao último exercício.

Como uma forma de compartilhar com a sociedade nossas conquistas, doamos R\$ 5 milhões para iniciativas de combate à pandemia. Empresa e colaboradores destinaram recursos para alavancar a fabricação de testes rápidos em parceria com a Fiocruz; para contribuir com a construção do Centro Multipropósito de Produção de Vacinas, do Instituto Butantan; e para apoiar a campanha "Matchfunding Salvando Vidas", idealizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Temos uma visão muito clara do nosso papel, o que se soma a uma equipe técnica de excelência e uma gestão sólida e responsável - fatores indispensáveis para o desenvolvimento sustentável do negócio. Também prosseguimos monitorando a situação da pandemia no País para mantermos todas as ações necessárias à continuidade de nossa operação e à segurança das nossas equipes, às quais agradeço o empenho - que não só foi fundamental para enfrentarmos as adversidades do ano, como nos motiva a ir sempre além.

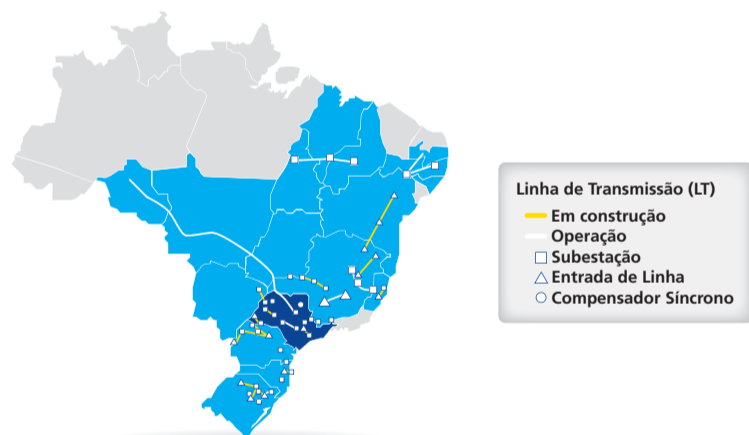
Rui Chammas  
Diretor-Presidente

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2020

## PERFIL DA COMPANHIA

A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro. Por meio de suas atividades e de suas controladas e coligadas, a Companhia atua em 17 estados do País (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e Bahia), e é responsável por aproximadamente 33% de toda a energia elétrica transmitida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 31 de dezembro de 2020, a capacidade instalada da Companhia (controladora, controladas e coligadas em operação) totalizou 67,6 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,9 mil quilômetros de circuitos e 127 subestações próprias.



A Companhia tem uma equipe de cerca de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e segurança na prestação dos serviços para operar com eficiência o complexo sistema de transmissão do Brasil.

Em 2020 foram feitos investimentos para manter com excelência a rede modernizada contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional.

## ESTRUTURA ACIONÁRIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatinha de sistemas de infraestrutura lineares.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil.....	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administradores.....	-	0,00%	4.900	0,00%	4.900	0,00%
Ações em Circulação.....	27.080.900	10,50%	395.796.144	98,72%	422.877.044	64,18%
Eletrobras.....	25.158.644	9,75%	212.276.657	52,94%	237.435.301	36,04%
Outros.....	1.922.256	0,75%	183.519.487	45,78%	185.441.743	28,14%
<b>Total.....</b>	<b>257.937.732</b>	<b>100%</b>	<b>400.945.572</b>	<b>100%</b>	<b>658.883.304</b>	<b>100%</b>

Data-base: 31/12/2020

A ISA CTEEP integra o Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), desde 2002, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders*.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo Conselho de Administração, assessorado por 2 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria e Comitê de Recursos Humanos), pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração da ISA CTEEP atualmente é composto por oito integrantes, sendo 2 membros independentes e 1 membro representante dos colaboradores da Companhia, com mandato de 1 ano. Compete ao Conselho de Administração orientar a condução geral dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados. Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração tomar conhecimento e acompanhar eventuais fragilidades de controles, processos, ética e conduta, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria da Companhia para saná-los.

O Conselho Fiscal tem funcionamento permanente e é composto por 5 membros efetivos e 5 suplentes com mandato de 1 ano.

A Diretoria Executiva é formada por 5 diretores estatutários, com prazo de mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos de nossas atividades na sociedade e no meio ambiente.

Desde 2019 é realizada a autoavaliação anual do Conselho de Administração: no início de cada ano é analisado o desempenho do exercício anterior. O processo engloba avaliação do desempenho individual, desempenho em grupo, frequência e relevância dos temas das reuniões, participação da Diretoria e participação da Secretaria de Governança nas reuniões. Já os Diretores Executivos são avaliados a partir de metas validadas pelo Conselho de Administração por meio do Quadro de Gestão Integral (QGI).

## GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos corporativos possibilita aos administradores tratar com eficácia as incertezas, bem como os riscos e as oportunidades a elas associadas a fim de melhorar a capacidade de gerar valor à Companhia, que é maximizado quando a organização estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento e retorno de investimentos.

A ISA CTEEP adota um processo estruturado e sistemático de Gestão de Riscos fundamentado em conceitos da Norma ISO 31000 (Gestão de Riscos - Princípios e Diretrizes), que apoia a alta administração no direcionamento de ações para mitigação de eventos que podem impactar os objetivos estratégicos ou recursos da Companhia (financeiro e reputacional).

A Companhia segue o modelo das Três Linhas de Defesa (ILA - *The Institute of Internal Auditors*) para governança da gestão de riscos. As áreas de negócios, auditoria interna e a alta administração possuem papéis e responsabilidades definidos no processo de gestão. Todos os riscos classificados como toleráveis e prioritários, de acordo com o apetite ao risco da Companhia, são discutidos periodicamente por equipes multidisciplinares e alta administração.

## CONJUNTURA ECONÔMICA E REGULATÓRIA

O ano de 2020 apresentou-se como um marco para a história mundial, pelos desafios impostos pela pandemia da COVID-19. No Brasil, foi registrada queda acentuada da atividade econômica com a redução de desempenho nos setores da indústria, comércio e serviços, somada ao aumento da taxa de desemprego nacional. A inflação (IPCA) acumulou alta de 4,52%, maior patamar desde dezembro de 2016 (6,29%).

Mesmo com o cenário econômico desafiador em 2020, a ISA CTEEP teve um forte desempenho financeiro, resultados das rápidas adaptações na operação para continuar entregando um bem essencial à sociedade brasileira com alta qualidade.

No âmbito regulatório, o destaque foi para a definição da metodologia de revisão tarifária dos contratos renovados e sua aplicação em 2020 com o efeito retroativo sendo incorporado na RAP do triênio 2020-2023. Destacamos também o início do recebimento da remuneração do componente financeiro da RBSE pelo Ke. Esses eventos demonstram a robustez e solidez da regulação elétrica no Brasil. O impacto no resultado em IFRS da ISA CTEEP foi de +R\$ 1,2 bilhão em decorrência desses eventos.

Adicionalmente, em dezembro 2020, ocorreu o Leilão de Transmissão nº 01/2020 promovido pela ANEEL. Foram negociados 11 lotes, com previsão de R\$ 7,4 bilhões em investimentos, 1.958 km de novas linhas de transmissão e 6.420 MVA em capacidade de transformação. A ISA CTEEP foi vencedora do lote 7, batizado de Riacho Grande, que consiste na implementação de 63 km de linhas de transmissão e de 800 MVA de potência para suprir as cargas das regiões Norte, Sul e Leste do município de São Paulo e região do ABC. O investimento ANEEL previsto é de R\$ 1.141 milhões e prazo para construção é de 60 meses. A RAP do empreendimento totaliza R\$ 68 milhões. A conquista faz parte da estratégia de crescimento com geração de valor sustentável da ISA CTEEP, por meio de investimento na implementação de infraestrutura e operação de novos empreendimentos. A Companhia reforça o compromisso de criação de valor com projetos que contribuam para a expansão do sistema de transmissão de energia elétrica do Brasil.

## ESTRATÉGIA

A Estratégia 2030 é inspirada pela geração de Valor Sustentável e se apoia em 4 pilares que formam o acrônimo **VIDA**, uma palavra cheia de significado: **Verde**, com a minimização de impactos ambientais das operações e iniciativas geram impacto positivo; **Inovação**, aproveitando as oportunidades de negócio decorrentes da evolução tecnológica e das tendências do setor elétrico; **Desenvolvimento**, de capacidades organizacionais para enfrentar os desafios de longo prazo e através da contribuição para o desenvolvimento das comunidades e do ecossistema de empreendedorismo; e **Articulação**, estabelecendo parcerias para o alcance dos objetivos estratégicos.

A Estratégia 2030 constrói o caminho para a longevidade e competitividade da ISA CTEEP, garantindo uma resposta aos desafios do mercado e às transformações do setor e expressa o compromisso de gerar valor sustentável para acionistas, para a sociedade e o planeta.

Uma das importantes avenidas de alocação de capital da ISA CTEEP é o investimento em novos projetos que geram valor sustentável. Em 2020, a Companhia teve sucesso na conquista do lote 7 no Leilão de Transmissão Aneel 01/2020, que junto com os demais lotes arrematados desde 2016 adicionarão Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 635 milhões com investimento ANEEL de cerca de R\$ 6 bilhões. Além dos projetos greenfield arrematados em leilão, a Companhia tem oportunidade de crescimento por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para investimentos de mais de R\$ 1 bilhão para execução nos próximos anos. Outra avenida de crescimento é por meio de M&As. Em 2020, foi anunciada a compra da Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE) pelo montante de R\$ 1,6 bilhão. A empresa opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo e interliga subestações já pertencentes à ISA CTEEP. A consumação da operação está vinculada ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda e que são comumente aplicáveis neste tipo de operação. Além dos investimentos em transmissão de energia, a ISA CTEEP está constantemente em busca de novas oportunidades de geração de valor sustentável. Em 2020, foi realizado o primeiro negócio de real estate com o objetivo de maximizar a geração de valor a partir do acervo imobiliário da Companhia. A negociação de 395 mil m<sup>2</sup> de excedentes de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município trouxe resultado de R\$ 73,5 milhões para a Companhia no ano.

Esse crescimento tem como base projetos e soluções que prezam pela robustez técnica-operacional e pelo equilíbrio econômico-financeiro, garantindo sólida posição competitiva e gerando benefícios para a sociedade.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

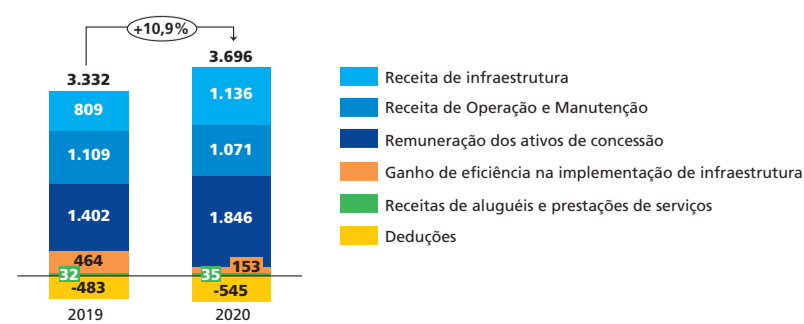
A ISA CTEEP é uma das principais referências no setor em termos de desempenho. A Companhia realiza uma gestão constante e minuciosa dos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. Em 2020, o IENS totalizou  $5,4 \times 10^{-6}$ . Para efeito de comparação, o IENS do Sistema Interligado Nacional registrado nos últimos doze meses, findos em Novembro de 2020, foi de  $36 \times 10^{-6}$ .

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). Em 2020, a PV aplicada foi de 1,26% da RAP consolidada.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - IFRS

O exercício de 2020 apresentou um acréscimo na receita líquida de 10,9% na comparação com 2019, atingindo um total de R\$ 3,7 bilhões.

R\$ milhões



COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE  
ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.998.611/0001-04



Índice de Energia Elétrica IEE

Índice Brasil 100 IBRX 100

Índice Brasil Ampla BM&amp;FBOVESPA IBRA

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC

Índice Governança Corporativa Trade IGCT

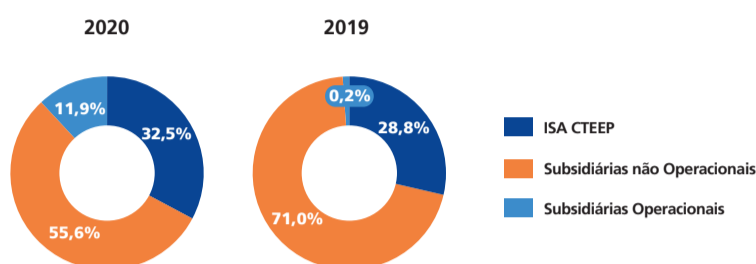
Índice BM&amp;FBOVESPA Índice de Risco Social UTIL

Índice Dividendos BM&amp;FBOVESPA IDIV

Índice BM&amp;FBOVESPA Índice de Risco Ambiental MLCX

☆ continuação

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2020



• A **receita de infraestrutura** totalizou R\$ 1,1 bilhão em 2020 (+40% vs 2019). No ano de 2019, os saldos sofreram reclassificações para adequação às orientações do Ofício CVM 04/2020. Esta receita é reconhecida considerando os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. No ano de 2020, houve aumento na receita com projetos de reforços e melhorias na ISA CTEEP de R\$ 135,9 milhões. As controladas, devido a evolução da fase das suas obras, apresentaram um acréscimo no montante de R\$ 191,1 milhões.

• A **receita de Operação e Manutenção** totalizou R\$ 1,1 bilhão em 2020 (-3,4% vs 2019). Esse resultado é explicado, principalmente: (i) pela variação negativa da parcela de ajuste; (ii) menor desconto de parcela variável; (iii) aumento nos encargos regulatórios incorporados na receita; (iv) variação positiva da atualização da RAP pela inflação, compensada pelos impactos da aplicação da RTP no ciclo 2020/2021.

• A **remuneração dos ativos de concessão** totalizou R\$ 1,8 bilhão em 2020 (+32% vs 2019), devido a:

• **Ativo da Lei nº 12.783 - SE:** apresentou uma variação de R\$ 29,0 milhões em função da atualização do IPCA (R\$ 27,8 milhões) e da atualização do fluxo financeiro.

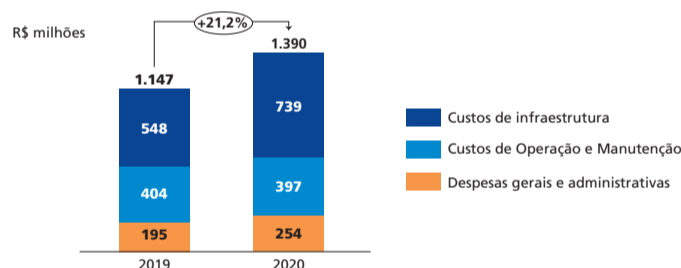
• **Implementação da Infraestrutura** apresentou uma variação de R\$ 415 milhões em função i) do acréscimo de R\$ 300,1 milhões referente a atualização do ativo de concessão pela taxa de desconto do ativo de contrato de cada contrato de concessão e (ii) do aumento de R\$ 115 milhões pela atualização do IPCA mensal.

• O **ganho de eficiência** totalizou R\$ 153 milhões em 2020 (-67% vs 2019) e é explicado, principalmente, pela energização de IE Itaquaré que entrou em operação com onze meses de antecedência em relação ao prazo ANEEL.

• As **receitas de aluguéis e prestação de serviços**, que registram basicamente compartilhamento de infraestrutura de cabos de fibra óptica e cabos para-raios para operações de telecomunicações, totalizaram R\$35,2 milhões em 2020, comparado com R\$ 31,8 milhões em 2019.

• As **deduções da receita operacional** atingiram R\$ 544,6 milhões em 2020 e R\$ 483,6 milhões em 2019, impactadas, principalmente, pelo aumento de tributos e contribuições de PIS/COFINS, que acompanham a variação da receita bruta (+R\$ 39,6 milhões) e pelo incremento dos encargos regulatórios (+R\$ 21,4 milhões).

Os **custos dos serviços de implementação da infraestrutura** representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período, os gastos com materiais e serviços, que variam em função da evolução das obras. O acréscimo de R\$ 191,3 milhões deve-se ao maior investimento nas obras de reforços e melhorias da ISA CTEEP e nas obras de construção das controladas em fase pré-operacional. Os **custos de O&M** totalizaram R\$ 397 milhões em 2020, frente aos R\$ 404 milhões em 2019.



A rubrica **"Receita - Tarifária Periódica (RTP)"** apresenta reconhecimento de ganho no exercício de 2020 no valor R\$1,5 bilhão comparado com a perda de R\$26,7 milhões em 2019 em decorrência dos impactos da RTP. Em 2020 foi definida RTP pela Resolução Homologatória nº 2.714 para o contrato 059/2001 da ISA CTEEP e pela Resolução Homologatória nº 2.826 para o contrato 026/2009 da IE Serra do Japi. Em 2019, a Resolução Homologatória nº 2.556 definiu a RTP para os contratos 012, 015 e 018/2008 da IE Pinheiros e 013 e 016/2008 da IE. A variação é explicada, principalmente, pelo ganho de R\$1,5 bilhão na ISA CTEEP devido a revisão do fluxo de recebimentos futuros pela aplicação da nova RAP e de R\$84,7 milhões de parcela de ajuste (PA) referente à atualização do Ke; pelo acréscimo de R\$ 35 milhões nas controladas IE Serra do Japi, IE Sul e IE Pinheiros; e pelo reconhecimento de R\$136,7 milhões de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP).

As **despesas gerais administrativas** apresentaram um aumento de 29,9% totalizando R\$ 253,5 milhões em 2020 comparadas com R\$ 195,1 milhões em 2019, resultado (i) da variação das provisões nas demandas judiciais, no montante de R\$ 61,5 milhões, em função da revisão de processos civis de servidão e desapropriação e de indenizações; (ii) do aumento em pessoal para fazer frente ao passivo atuarial do plano de pensão; e (iii) da redução de serviços de R\$10,6 milhões, em função dos gastos não recorrentes com honorários advocatícios ocorridos em 2019.

Na rubrica de **"Outras receitas (despesas) operacionais"** foi registrada receita de R\$ 170,2 milhões em 2020. Esse resultado é explicado pelo primeiro negócio de real estate realizado pela ISA CTEEP com a negociação de 395 mil m<sup>2</sup> de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município.

O resultado de **equivalência patrimonial** foi de R\$ 472,5 milhões em 2020 comparado com R\$ 179,8 milhões em 2019. O incremento é explicado, principalmente, pela adequação da margem na implementação de infraestrutura e da taxa de desconto, conforme orientações do Ofício CVM Nº 04/2020, em Paraguaçu, Aimorés e Ivai.

O **Ebitda** Consolidado de 2020, conforme ICVM 527/12, foi de R\$ 4.449 milhões.

O **resultado financeiro** totalizou despesa de R\$ 209,2 milhões em 2020 comparado R\$ 185,3 milhões em 2019. A variação deve-se, principalmente, pela redução nos rendimentos sobre aplicações financeiras e devido ao maior endividamento que aumenta as despesas financeiras.

O **imposto de renda e contribuição social** totalizou R\$ 835,4 milhões em 2020 comparando com R\$ 376,4 milhões em 2019. A taxa efetiva em 2020 é de 20% e em 2019 de 17%.

O **Lucro Líquido** apresentou um acréscimo 90,10% no exercício, atingindo um total de R\$ 3,4 bilhões em 2020 comparado com R\$ 1,8 bilhão em 2019.

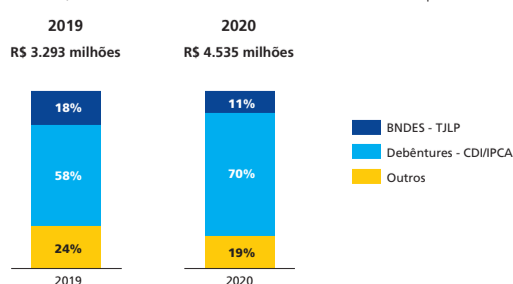
Na **Demonstração de Valor Adicionado**, a Companhia apurou R\$ 5,7 bilhões em 2020, comparado com R\$ 3,6 bilhões em 2019, distribuído como segue:



## ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 4.535,7 milhões, aumento de R\$ 1.242,0 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2019. Esse incremento é explicado pelas captações realizadas ao longo do ano (CCB, 9ª emissão de debêntures), parcialmente compensada pela liquidação das dívidas nos termos da Lei nº 4.131 que contavam com operações de swap (hedge) e da 6ª emissão de debêntures. As disponibilidades da ISA CTEEP (consolidada) somaram R\$ 2.520 milhões em 31 de dezembro de 2020.

O custo médio da dívida ficou em 7,6% a.a. em 31 de dezembro de 2020 com prazo médio de 6,9 anos.



## RATING

A Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA+(bra)' da ISA CTEEP e das suas emissões de debêntures da espécie quirografia, com perspectiva "Estável" em 2020.

## REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a ISA CTEEP prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício.

A prática de proventos proposta é de distribuir no mínimo 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como *proxy* da geração de caixa), limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA.

A distribuição de proventos referentes ao exercício de 2020 foi de R\$ 1,67 bilhão, correspondentes a R\$ 2,535547 por ação. O *payout* foi de 49% do lucro líquido em IFRS e de 83% do lucro líquido regulatório. O *dividend yield* foi de 9%.

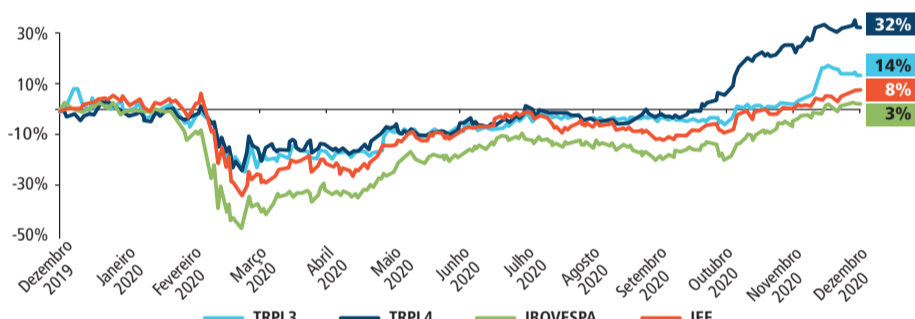
## MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices: o Índice de Governança Corporativa (IGCT), em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa, o Índice Brasil 100 (IBRX 100), que reúne as cem ações mais negociadas na B3, o Índice Carbono Eficiente (ICO2), em que estão listadas as empresas que possuem maior transparência em relação ao reporte das emissões dos gases efeito estufa e de como estão se preparando para uma economia de baixo carbono, o Índice Dividendos (IDIV), o Índice de Energia Elétrica (IEE), o Índice MidLarge Cap (MLC) e o Índice Utilidade Pública (UTIL). Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") - Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o ano de 2020 cotadas a R\$ 29,35 e R\$ 27,81, respectivamente. Em 29 de dezembro de 2020 a TRPL4 atingiu sua cotação histórica recorde de R\$ 28,37. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 18,7 bilhões.

No ano de 2020, as ações preferenciais da ISA CTEEP tiveram valorização de 32%. O volume médio diário de negociação na B3 foi de R\$ 39,7 milhões em 2020, 16% acima daquele verificado em 2019. A média diária de negociações foi de 1,9 milhão negócios por dia, 11% acima dos 1,7 milhão registrados no ano anterior.

## Desempenho (base 100)



## INOVAÇÃO

Inovação é um dos pilares estratégicos da ISA CTEEP. Para atingir seus objetivos de longo prazo e se capacitar para explorar as oportunidades decorrentes da transformação tecnológica do setor elétrico, a Companhia vem aumentando de forma significativa seus esforços em inovação nos últimos anos. Em 2020, foram investidos cerca de R\$ 14 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Além dos investimentos regulados pelo programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL, a Companhia também estruturou processos para implementar inovações tecnológicas visando a criação de novas oportunidades de negócios, assim como maior eficiência operacional e rentabilidade no negócio de Transmissão de Energia.

A estratégia de inovação foi estruturada em programas que visam a modernização dos ativos da ISA CTEEP e de todo o sistema elétrico e o aumento da segurança em um contexto de maior complexidade com a integração de novas fontes e agentes distribuídos na rede, além de trazer maior flexibilidade para a integração de novas tecnologias e serviços que revolucionarão o setor elétrico brasileiro.

A Companhia também busca maior eficiência no planejamento de seu sistema e no projeto de engenharia dos ativos, com a implantação de sistemas digitais de gestão de obras e no desenvolvimento de projetos de P&D para o planejamento integrado e flexível do sistema elétrico.

## PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Em 2020, a ISA CTEEP conquistou prêmios e marcou presença em importantes rankings, que demonstram os seus diferenciais operacionais e de gestão. A Companhia, pelo terceiro ano consecutivo, integrou o Valor 1000 no setor de Energia Elétrica, anuário publicado pelo jornal Valor Econômico, que contempla as maiores empresas do país, divididas em 25 setores da economia.

Novamente, a empresa conquistou o "Troféu Transparência", organizado pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), juntamente com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e a Serasa Experian, demonstrando excelência na apresentação das informações contábeis.

Ainda, a ISA CTEEP venceu o Prêmio Nacional de Gestão de Ativos, promovido pelo Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (EGAESE), na categoria Impactos Regulatórios.

## SUSTENTABILIDADE

A ISA CTEEP presta um serviço essencial e de qualidade à sociedade e está comprometida em gerar valor sustentável às pessoas e ao planeta.

Em 2020, foram aportados aproximadamente R\$ 14 milhões em projetos sociais com recursos provenientes de incentivos fiscais. São iniciativas que apoiam a educação, a consciência sobre preservação ambiental e pesquisas voltadas à saúde.

Em um ano marcado pela pandemia da Covid-19, a ISA CTEEP e seus colaboradores apoiaram diversas iniciativas humanitárias afim de minimizar os efeitos do coronavírus no país. Foram doados cerca de R\$ 5 MM para escalar a produção de testes sorológicos junto à Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), assistir hospitais e suas equipes com equipamentos de proteção (Matchfunding Salvando Vidas), além de deixar um legado positivo ao contribuir com a construção do Centro Multipropósito de Produção de Vacinas do Instituto Butantan. Com o intuito de atender pessoas em situação de vulnerabilidade, também foram doadas, ao Fundo Social de São Paulo, 800 peças de uniformes, as quais foram devidamente descaracterizadas, higienizadas e individualmente embaladas para distribuição às comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Em relação à preservação ambiental, a Companhia empenha esforços para mitigar os efeitos das mudanças do clima por meio do Conexão Jaguar, um dos principais programas de sustentabilidade do grupo ISA. Desde 2019, uma área de mais de 76 mil hectares na Serra do Amolar, região do Pantanal, recebe o apoio do referido programa em parceria com o Instituto Homem Pantaneiro. Essa cooperação visa contribuir com as atividades de conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais a partir da geração de créditos de carbono.

## PESSOAS

Em 2020 a ISACTEEP se adaptou com flexibilidade e agilidade para enfrentar os desafios e incertezas no período da pandemia, priorizando o cuidado com seus colaboradores e assegurando os mais altos níveis de qualidade do serviço prestado à sociedade. Foi instituído trabalho remoto por período indeterminado para todas as atividades cuja presença física não era imprescindível. Nas áreas operacionais, o número de colaboradores em atuação foi reduzido a quantidade mínima necessária para a continuidade qualificada dos negócios. Em algumas localidades, foi instituído ainda alojamentos, para evitar deslocamentos e risco de contágio. Adicionalmente, foi criado o Canal da Saúde para atendimento dos colaboradores, e foi contratado um infectologista para validação de todos os protocolos adotados e acompanhamento diário do estado de saúde das equipes.

Foram definidas ainda ações de saúde física e mental, com o aplicativo da saúde diária para mapear emoções e estado físico de todos os colaboradores, e de bem-estar com atividades como aulas de Yoga. Para o desenvolvimento dos colaboradores e líderes, os cursos aconteceram na modalidade on-line.

O ano de 2020 também foi marcado pela conclusão do processo de renovação do quadro de executivos da organização com profissionais alinhados aos atributos de liderança fundamentais para afrontar os desafios de negócios e de gestão em um cenário de plena transformação a fim de alcançar os objetivos definidos pela estratégia de longo prazo. Decidiu-se também, seguir reforçando o time através de 193 novas contratações, além de 100 movimentações internas, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento e reconhecimento dos talentos internos.

## AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA CTEEP informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2020.





continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Destacues
A Administração destaca abaixo assuntos contábeis, regulatórios e econômico-financeiros importantes para esta divulgação:

Contábeis
Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 - Orientação na aplicação do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Revisão Tarifária Periódica (RTP)
A Revisão Tarifária Periódica (RTP) do contrato 059/2001 da CTEEP foi definida por meio da Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020, com efeitos retroativos a julho de 2018 devido a postergação da RTP conforme a nota técnica nº 115/2019-SGT/ANEEL (nota 25.3).

Reajuste anual da receita
A Resolução Homologatória nº 2.725 de 14 de julho de 2020 estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) pela disponibilização das instalações de concessionárias de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2020/2021 (nota 25.4).

Licenças de Instalação
Em 16 de dezembro de 2020 a controladora Evreyc obteve a Licença Prévia e de Instalação (LPI) Unificadas para a subestação Caxias Norte do contrato 001/2020 (projeto Minuano).

Aquisição PBTE
Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda para aquisição, via direta e indireta, de 100% da Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia S.A. (PBTE). A empresa opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo, que entrou em operação em abril de 2020 e conecta duas subestações da CTEEP (Piratininga II e Bandeirantes) (nota 11 (ii)).

Licença de Transmissão nº 01/2020
Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia arrematou o lote 7 do Leilão de Transmissão nº 01/2020 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com investimentos de R\$1.140.629 mil (nota 11 (i)) e RAP de R\$68.050 mil (nota 1.2).

Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 - Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras
Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a ISA CTEEP vem acompanhando os impactos da COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica que se mostraram eficientes para a Transmissão, os níveis de inadimplência da Companhia não apresentaram oscilações significativas. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras padronizadas de 31 de dezembro de 2020.

De forma a garantir o fluxo normal das atividades, a Companhia adotou posição prudente na gestão do caixa com captações de curto prazo, mantendo a liquidez e robustez financeira usuais. A Administração também implementou e mantém as medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: rodízio de operadores em grupo fixo, sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores, contratação de um infectologista para validação dos protocolos preventivos de saúde. A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade.

Econômico-Financeiros
A Companhia tem efetuado monitoramento constante em relação a valorização do ativo atuarial do plano de previdência em decorrência da instabilidade da taxa de juros que é determinada com base nos dados de mercado para os retornos das NTN-B (nota 21).

Atualmente, a Companhia está consolidada no setor de transmissão de energia elétrica, atuando como grupo econômico e controla diretamente treze sociedades e com controle compartilhado de outras cinco sociedades, que detêm juntos vinte e nove contratos de concessão (nota 1.2), 18,6 mil quilômetros de linhas construídas, 67,6 mil MVA de capacidade de transformação, mais de 1,9 mil quilômetros e 10 mil MVA de potência em fase pré-operacional.

As ações da Companhia estão listadas no segmento de Nivel 1 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos TRPL3 e TRPL4. A Companhia adota as práticas diferenciadas de Governança Corporativa - Nivel 1, da B3 desde setembro de 2002. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração. A Companhia integra o Índice Brasil Amplo, Índice Brasil 100, Índice de Dividendos, Índice de Energia Elétrica, Índice de Governança Corporativa, Índice MidLarge Cap, Índice de Utilidade Pública e o Índice Carbono Eficiente.

1.2 Concessões
A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Table with columns: Concessionária, Contrato, Participação (%), Prazo (anos), Vencimento, Prazo (anos), Próxima, Índice de correção, Receita Anual Permitida - RAP (RS mil, Mês-base), Receita Anual Permitida - RAP (Mês-base).

Controladas em conjunto
IEMadeira ..... 013/2009 51 30 25.02.39 5 2024 IPCA 296.458 06/20
IEMadeira ..... 015/2009 51 30 25.02.39 5 2024 IPCA 255.180 06/20

Controladas em conjunto
IEMadeira ..... 013/2009 51 30 25.02.39 5 2024 IPCA 296.458 06/20
IEMadeira ..... 015/2009 51 30 25.02.39 5 2024 IPCA 255.180 06/20

Lei nº 12.783/2013
Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (\*) e do SE (\*\*).

Para os valores do SE, em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R\$4.094.440, na data-base 31 de dezembro de 2012. O impacto inicial dos valores da RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como "Ativos da concessão" (nota 7 (a) (ii)).

Primo da nota técnica no 108/2020 - SGT/ANEEL de 25 de junho de 2020 foram recalculados os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) (nota 7) e operacionalizados dos efeitos da revogação das limitações que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP (nota 25.3(b)) e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existe uma liminar vigente.

(\*) NI - instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2001.
(\*\*) SE - instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Bases de elaboração e apresentação
As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "Controladora", e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão em consonância com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprída, dados contratuais, seguros, preços e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2021. Estas demonstrações financeiras, bem como as demonstrações contábeis regulatórias, mencionadas na nota 2.5, estarão disponíveis no site da Companhia a partir de 22 de fevereiro e até 30 de abril de 2021, respectivamente.

2.2 Declaração de relevância
A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes devam de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

2.4 Ofício - Circular CVM 04/2020
Em 20 de dezembro de 2020 a CVM divulgou Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que orienta quanto a aspectos relevantes do CPC 47 (IFRS 15) e CPC 48 (IFRS 9) para as companhias transmissoras de energia elétrica, abordando principalmente: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto aos ativos dos contratos de concessão; (iii) cálculo do custo de capital para o ativo de concessão; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

Em consequência do Ofício CVM a Companhia adequou suas práticas contábeis, sendo percebido em 31 de dezembro de 2020, em comparação com a prática anterior, um acréscimo no resultado em função da revisão da margem e taxa implícita, no valor de R\$445.922, e em função da mudança da WACC Regulatória decorrente da Revisão Tarifária Periódica de R\$227.417, líquido dos impostos.

Em continuidade à análise do Ofício, e em consonância com o parágrafo 14 do CPC 23/IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro, os seguintes saldos apresentados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentados sem alteração no lucro líquido:

Table comparing Balance Sheet items for 2020 and 2019, split into Controladora and Consolidado.

Table comparing Demonstrations of Results - Liquid Assets for 2020 and 2019, split into Controladora and Consolidado.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos e atuários, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisitos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 29 (b)).
Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 21).

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 7)
A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.
A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

Margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 7)
Com o objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas à metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Determinação das receitas de infraestrutura (nota 25.1)
Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (Pvro) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 25.1)
Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.6 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle se deixa de existir. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Table showing Data-base das demonstrações financeiras and Participação % for 2020 and 2019 across various companies like IESerra do Japi, IEMG, IENNE, etc.

(\*) Considera participação direta por meio da Companhia e indireta por meio das controladas.

(\*\*) Entidade não auditada.

(i) Em 31 de dezembro de 2020 a controlada em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira), possui 93% de participação do Fundo de Investimento Interligação Elétrica S.A. (IEMG).

(ii) Em 31 de dezembro de 2020 a controlada em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira), possui 90% de participação do Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI.

Conseqüentemente essas participações têm reflexo na linha de participação de não controladoras nos fundos de investimentos, sendo o montante de R\$371.159 em 31 de dezembro de 2020. Eventual alteração no regulamento ou na estrutura dos fundos de investimentos, devem ser alinhados e aprovados pela CTEEP.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

A participação de acionistas não controladores é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido e estão destacadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R2)/IAS 28, 19 (R2)/IFRS 11 e 36 (R3)/IFRS 10 e possuem acordo de acionistas que define o controle compartilhado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as participações nas controladas em conjunto, se apresentavam da seguinte forma:

Table showing Data-base das demonstrações financeiras and Participação % for 2020 and 2019 across various companies like Interligação Elétrica do Madeira S.A., etc.

2.7 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - "DCR" que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, deverão ser disponibilizadas no site eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita
A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 47 - Receita de Contratos com Cliente (IFRS15), bem como levam em consideração as orientações do Ofício CVM nº 04/2020 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os efeitos da adequação ao referido Ofício estão descritos na nota 2.3.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS9), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura
Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

Para o contrato de concessão nº 059/2001 regulamentado pela Lei nº 12.783/2013, a Companhia reconhece receita de implementação da infraestrutura também para projetos de melhorias das instalações de energia elétrica, conforme previsto no despacho da ANEEL nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013 e Resolução Normativa nº 443 de 26 de julho de 2011 (nota 25.1(a)).

(b) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura
Refere-se aos ganhos que somente podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade na entrada em operação dos projetos, por refletirem algumas eventuais variações positivas na fase final das obras, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considerada inicialmente no fluxo de recebimentos e entrada em operação antecipada em relação ao prazo ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos.

(c) Remuneração dos ativos da concessão
Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual e é determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e varia entre 6,13% e 9,92% ao ano (nota 25.1 (b)).

(d) Receita de operação e manutenção
Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e não há interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços (nota 25.1 (a)).

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Companhia optou pelo regime do Lucro Real Anual. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente. As controladas Pinheiros, IEMG, Serra do Japi, Evreyc, IENNE, IESUL, Itaúnas, Tibagi, Itaquaré, Itapura, Aguapei e Biguaçu optaram pelo regime de Lucro Presumido (nota 29(a)).

Os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, se não for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada (nota 29 (b)).

Os impostos diferidos ativos e passivos são impostos apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos compostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita
(a) Impostos sobre serviços
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do terno de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares
Os tributos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)
Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: ii) o desenvolvimento energético dos Estados; iii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas afetadas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. O valor é fixado anualmente pela ANEEL em função da energia elétrica utilizada por unidades consumidoras conectadas às instalações de transmissão. Este valor é recolhido à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (tarifa de uso do sistema de transmissão) (nota 19).



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFPA)
Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. O valor é fixado em função da previsão de geração de energia elétrica pelas usinas integrantes do PROINFPA. Este valor é recolhido à Eletrobras e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUSIT (nota 19).

(iii) Reserva Global de Reversão (RGR)
Encargo criado pelo Decreto nº 141.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços. Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei ficaram desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR (nota 19).

(iv) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólicas, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 19).

(v) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Criada pela Lei 9.422/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 19).

3.5 Instrumentos financeiros
A Companhia e suas controladas aplicam os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9), relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (nota 31).

(a) Ativos financeiros
(i) Classificação e mensuração
Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros (IFRS 9) são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de dados e resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

(ii) Baixa de ativos financeiros
A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou a um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

(c) Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - Hedge
O CPC 48 (IFRS 9) prevê uma abordagem de contabilização de hedge com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)
Conforme CPC 48 (IFRS 9) o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(b) Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

(c) Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - Hedge
O CPC 48 (IFRS 9) prevê uma abordagem de contabilização de hedge com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

A Companhia e suas controladas Biguacu utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, como swaps de taxa de juros e contrato de câmbio futuro. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Hedge de valor justo: destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo. As alterações ocorridas no valor justo de um instrumento de hedge e do item objeto de hedge são reconhecidas no resultado.

Hedge de fluxo de caixa: destinado à proteção da exposição à variabilidade no fluxo de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo. Um instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Hedge de fluxo de caixa: destinado à proteção da exposição à variabilidade no fluxo de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo. Um instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros de Swap da Companhia estão classificados como hedge de valor justo e o contrato de câmbio futuro das controladas Biguacu e Projeto Riacho Grande estão classificados como hedge de fluxo de caixa, conforme descrito na nota 31.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

3.7 Ativos da concessão
O concessionário de um contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implanta, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

3.8 Estoques
Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método de custo médio.

3.9 Investimentos
Na elaboração de suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora"), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas e controladas em conjunto através do método de equivalência patrimonial. No consolidado reconhece somente as controladas em conjunto (nota 11).

3.10 Combinação de negócios
Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

3.11 Imobilizado
Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 12).

3.12 Intangível
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo; (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 13).

3.13 Arrendamentos
(a) A Companhia como arrendatária
A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

3.17 Benefícios a empregados
A Companhia patrocina plano de aposentadoria e pensão por morte aos seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, administrados pela Fundação CESP (Vivest (antiga Funcesp)), cujo objetivo é suplementar benefícios garantidos pela Previdência Social. Os pagamentos são prestados.

3.18 Dividendos e juros sobre capital próprio
A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório conforme descrito na nota 24 (b).

3.19 Segmento de negócio
Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelas IFRS.

3.21 Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")
A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.22 Resultado por ação
A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS:
(a) Revisadas e Vigentes:
• CPC 15 (R1) (IFRS 3) - Definições de negócios
• CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro
Deliberação CVM nº 854, aprovando as revisões dos pronunciamentos técnicos:

• CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
• CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação
• CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros
• CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material
A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:
• CPC 11 (IFRS 17) - Contratos de Seguros
• CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante)
Exceto pelo pronunciamento IFRS 17 - Contrato de Seguros, norma ainda não emitida no Brasil, e não aplicável à Companhia e suas controladas, a Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Caixa e bancos.....
Equivalentes de Caixa
CDB (a).....
Compromissada (b).....

Equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 31 (c).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS
Controladora Consolidado
Rentabilidade média acumulada da carteira em 2020 % do CDI
2020 2019 2020 2019

Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes.....
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI.....
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI.....
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI.....

(\*) Os fundos de investimentos são consolidados conforme descrito na nota 2.4. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto concentraram as suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

6. APlicações Financeiras
Controladora Consolidado
Rentabilidade média acumulada da carteira em 2020 % do CDI
2020 2019 2020 2019

Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes.....
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI.....
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI.....
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI.....

7. ATIVOS DA CONCESSÃO
Ativo financeiro
2020 (Reapresentado) 2019 (Reapresentado) 2020 (Reapresentado) 2019 (Reapresentado)

Serviços de O&M (a).....
Ativo contratual
Ativo da Lei nº 12.783 - SE (b).....
Implementação da infraestrutura (c).....

Circulante.....
Não circulante.....
(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensal informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de "outros" no passivo não circulante, excluindo multa e mora que seriam devidos a favor da Companhia, tendo em vista atrasos ocorridos nos repasses. A Eletrobras ajuizou ação de cobrança contra a ISA CTEEP e em 17 de dezembro de 2020 foi publicada decisão determinando a devolução do valor recebido a maior pela Companhia, com abatimento do valor dos efeitos decorrentes da mora, em razão do pagamento das parcelas da indenização com atraso. Essa decisão está no prazo para interposição de recurso e a apuração dos valores dependerá de liquidação no processo.

(b) Instalações NI
A indenização referente às instalações do NI correspondia ao montante original de R\$2.891.291, atualizado R\$2.949.121, conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 16 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais, e que vinham sendo repassados à Companhia pela Eletrobras. No entanto, sobre essas parcelas remanescentes, ainda existem discussões quanto à forma de atualização. Atendendo solicitação do TCU (Tribunal de Contas da União), a ANEEL efetuou uma revisão dos valores repassados à título da indenização das instalações do NI a todas as concessionárias e entendeu que ocorreram equívocos no cálculo de atualização, gerando pagamentos a maior para as concessionárias. A Eletrobras, embora reconheça que haja equívocos no cálculo, contestou o entendimento da ANEEL sobre o tema. A Companhia, pautada em laudo econômico independente e opinião de seus assessores jurídicos, tem interpretação divergente em relação à forma de atualização aplicada pela ANEEL e com base nisso mantém registrada a sua melhor estimativa para o valor em questão, no total de R\$33.585 na rubrica "outros" no passivo não circulante, excluindo multa e mora que seriam devidos a favor da Companhia, tendo em vista atrasos ocorridos nos repasses. A Eletrobras ajuizou ação de cobrança contra a ISA CTEEP e em 17 de dezembro de 2020 foi publicada decisão determinando a devolução do valor recebido a maior pela Companhia, com abatimento do valor dos efeitos decorrentes da mora, em razão do pagamento das parcelas da indenização com atraso. Essa decisão está no prazo para interposição de recurso e a apuração dos valores dependerá de liquidação no processo.

(c) Implementação da infraestrutura - Fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação, reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

(\*) Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020
A referida Resolução definiu a Revisão Tarifária Periódica do contrato 059/2001, sendo registrados os seguintes impactos contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

• Ativo da Lei nº 12.783 - SE: acréscimo de R\$1.631.668 (líquido de PIS/COFINS de R\$1.480.739) registrado na rubrica Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP) devido revisão do fluxo de recebimento de caixa e remuneração do ativo da concessão referente às instalações do SE, e atualização da parcela referente ao custo de capital próprio (ke) relativos aos ciclos tarifários 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 (nota 25.3 (b)(i));

• Com a cassação da maioria das liminares que impediam a ANEEL de considerar na RAP a parcela referente ao custo de capital próprio (ke), a Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020 incluiu as parcelas do ke referentes aos ciclos tarifários 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 que passaram a ser recebidos por meio do mecanismo de parcela de ajuste (PA), nos três ciclos subsequentes, a partir de julho de 2020. Os valores retroativos referente aos ciclos tarifários 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 foram acrescidos de IPCA. A Companhia entende ter direito a remuneração pelo ke real, e em conjunto com entidades de classe do setor interpôs Recurso Administrativo junto ao Órgão Regulador (25.3 (b)).

• Implementação da infraestrutura: redução de R\$26.088 (líquido de PIS/COFINS de R\$9.885) registrado na rubrica Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP) devido revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura descontado a valor presente (nota25.3 (b)(i)).

• Serviços de O&M: montante de R\$41.936 relativo ao reconhecimento da Parcela de Ajuste (PA) negativa registrada na rubrica receita de operação e manutenção, referente aos valores retroativos dos ciclos tarifários 2018/2019 e 2019/2020 (nota 25.3 (b)(iii));

Resolução Homologatória nº 2.826 de 18 de dezembro de 2020
• Implementação da infraestrutura: acréscimo de R\$7.024 (líquido de PIS/COFINS de R\$6.768) registrado na rubrica Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP) devido revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura descontado a valor presente (nota25.3 (b)(i)). As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

A vencer
Vencidos
até 30 dias .....
de 31 a 60 dias .....
de 61 a 360 dias .....
há mais de 361 dias (i) .....

(i) Alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, estes valores são depositados judicialmente por estes agentes e estão classificados no contas a receber de longo prazo. A Companhia efetuou o faturamento de acordo com as apuradas das entidades reguladoras e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões. A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), portanto, não constitui perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

• Movimento das contas a receber é como segue:
Controladora Consolidado
Saldo em 2018 (Reapresentado).....
Receita de infraestrutura (nota 25.1).....
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 25.1).....
Remuneração dos ativos da concessão (nota 25.1).....
Receita de operação e manutenção (nota 25.1).....
Recursos - Revisão Tarifária Periódica (RTP).....
Recursos - outros.....

• Saldo em 2019 (Reapresentado).....
Receita de infraestrutura (nota 25.1).....
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 25.1).....
Remuneração dos ativos da concessão (nota 25.1).....
Receita de operação e manutenção (nota 25.1).....
Recursos - Revisão Tarifária Periódica (RTP).....
Recursos e outros.....

8. VALORES A RECEBER - SECRETARIA DA FAZENDA
Controladora e consolidado
2020 2019
Processamento da folha de pagamento - Lei 4.819/58 (a).....
Processos trabalhistas - Lei 4.819/58 (b).....
Perdas esperadas sobre realização de créditos (c).....

8. VALORES A RECEBER - SECRETARIA DA FAZENDA
Controladora e consolidado
2020 2019
Processamento da folha de pagamento - Lei 4.819/58 (a).....
Processos trabalhistas - Lei 4.819/58 (b).....
Perdas esperadas sobre realização de créditos (c).....

(a) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual nº 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2020. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão da 4ª Vara do Trabalho na qual a CTEEP, na condição de parte citada, repassa os recursos mensalmente a Vivest (antiga Funcesp) para processamento do pagamento aos aposentados.

# COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.998.611/0001-04



CTEEP



continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela CTEEP por força de ato judicial, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual nº 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.  
(c) A perda esperada constituída teve como fatores determinantes o alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais. A Companhia monitora a evolução do tema e revisa a perda esperada periodicamente avaliando a necessidade de complementação ou reversão da provisão conforme eventos jurídicos que eventualmente alterem a opinião de seus assessores. Até 31 de dezembro de 2020, não ocorreram eventos que indicassem necessidade de alteração da perda esperada (impairment).

### 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda antecipação	640	10.734	876	11.887
Contribuição social antecipação	-	1.583	125	1.680
Imposto de renda retido na fonte	1.449	837	3.260	3.217
Contribuição social retido na fonte	30	30	30	659
COFINS	14.547	8.531	14.604	8.588
PIS	3.157	1.851	3.173	1.867
Impostos parcelados a recuperar	4.124	3.601	4.124	3.601
Outros	2.464	704	2.615	856
<b>Total</b>	<b>26.411</b>	<b>27.871</b>	<b>28.807</b>	<b>32.335</b>

### 10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os valores de cauções e depósitos são registrados no ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos. Os depósitos estão registrados pelo valor nominal, atualizados monetariamente, tendo por base a variação de taxa referencial (TR) para depósitos trabalhistas e previdenciários e SELIC para tributários e regulatórios. O saldo está composto da seguinte forma:

#### (b) Movimentação dos investimentos

Controladora	SalDOS em 2018		Integralização de capital		Equivalência patrimonial (Reapresentado)	Ajuste efeito Ofício CVM 04/2020 (*)	Realização de aquisição de controle	Dividendos recebidos	Ajuste de instrumento financeiro	SalDOS em 2019
	2020	2019	2020	2019						
ESerra do Japi	434.063	-	-	-	43.103	71	-	(41.500)	-	435.666
EMG (*)	67.951	-	-	-	1.444	(21)	1.966	-	-	71.382
ENNE	274.245	-	-	-	23.064	98	-	-	-	297.407
EPinheiros	503.964	-	-	-	66.190	100	-	(21.900)	-	548.354
Evrecy (*)	65.837	-	-	-	4.206	-	(2.490)	(4.200)	-	63.353
EItaúnas (**)	45.060	81.264	-	-	(22.133)	27.504	-	-	-	131.695
ETibagi (**)	12.467	77.065	-	-	(27.478)	28.084	-	-	-	90.138
EItaquere (**)	113.899	63.856	-	-	(32.074)	44.533	-	-	-	190.214
EItapura (**)	7.136	72.250	-	-	29.325	(9.382)	-	-	-	99.329
EAguaapei (**)	11.539	90.082	-	-	(34.431)	35.262	-	-	-	102.452
ESul	126.574	-	-	-	12.403	-	-	-	-	138.977
EBiguaçu	3.174	-	9.510	-	(109)	(936)	-	-	(826)	10.813
EMadeira	1.434.227	-	-	-	138.510	-	-	-	-	1.572.737
EGaranhuns	365.851	-	-	-	37.629	-	-	(14.876)	-	388.604
EParaguacu (**)	14.500	-	87.500	-	1.540	-	-	-	-	103.540
EAIMorés (**)	10.959	-	52.500	-	975	-	-	-	-	64.434
ELvai (**)	22.555	-	45.000	-	1.134	-	-	-	-	68.689
<b>Total</b>	<b>3.514.001</b>	<b>579.027</b>	<b>667.070</b>	<b>221.500</b>	<b>1.041.150</b>	<b>46.677</b>	<b>5.409</b>	<b>(97.327)</b>	<b>(826)</b>	<b>4.377.784</b>

(\*) Refere-se aos impactos da aplicação do Ofício CVM 04/2020, nos saldos do exercício de 2019, nas controladas em conjunto e reclassificação de saldos na controladora conforme demonstrado na nota 2.4.

Controladora	SalDOS em 2019		Integralização de capital		Equivalência patrimonial	Ajuste efeito Ofício CVM 04/2020 (*)	Realização de aquisição de controle	Dividendos	Ajuste de instrumento financeiro	SalDOS em 2020
	2020	2019	2020	2019						
ESerra do Japi	435.666	-	-	-	75.449	-	-	(39.700)	-	471.415
EMG (**)	71.382	18.641	-	-	(16.021)	(21)	1.810	-	-	75.791
ENNE	297.407	-	-	-	17.701	(98)	-	-	-	315.010
EPinheiros	548.354	-	-	-	12.584	(100)	-	(23.600)	-	537.238
Evrecy (**)	63.353	-	-	-	5.668	-	(2.491)	-	-	66.530
EItaúnas (***)	131.695	51.081	-	-	112.656	(27.504)	-	-	-	267.928
ETibagi (***)	90.138	6.535	-	-	67.935	(28.084)	-	-	-	136.524
EItaquere (***)	190.214	30.638	-	-	313.736	(44.533)	-	-	-	490.055
EItapura (***)	99.329	43.094	-	-	(10.474)	9.382	-	-	-	141.331
EAguaapei (***)	102.452	202.862	-	-	201.016	(35.262)	-	-	-	471.068
ESul (***)	138.977	-	-	-	(24.613)	-	6.090	-	-	120.454
EBiguaçu	10.813	-	92.719	-	(15.051)	936	-	-	14.064	103.481
EMadeira	1.572.737	-	-	-	25.054	58.280	-	(5.950)	-	1.650.121
EGaranhuns	388.604	-	-	-	38.419	(21.187)	-	(28.077)	-	377.759
EParaguacu (***)	103.540	127.500	-	-	81.703	71.279	-	-	-	384.022
EAIMorés (***)	64.434	94.000	-	-	55.736	40.206	-	-	-	254.376
ELvai (***)	68.689	-	-	-	99.652	23.383	-	-	-	191.724
<b>Total</b>	<b>4.377.784</b>	<b>667.070</b>	<b>667.070</b>	<b>221.500</b>	<b>1.041.150</b>	<b>46.677</b>	<b>5.409</b>	<b>(97.327)</b>	<b>14.622</b>	<b>6.055.385</b>

(\*) Refere-se aos impactos da aplicação do Ofício CVM 04/2020, nos saldos do exercício de 2019, nas controladas em conjunto e reclassificação de saldos na controladora conforme demonstrado na nota 2.4.

(\*\*) Os valores justos dos investimentos nas datas de suas aquisições foram atribuídos aos ativos da concessão e são amortizados pelo prazo da concessão.

(\*\*\*) Os valores de investimentos dessas controladas são financiados pela 7ª emissão de debêntures, classificada como "Título Verde" (Nota 16 (iv)).

	SalDOS em 31.12.2018		Integralização de capital		Equivalência patrimonial	Ajuste efeito Ofício CVM 04/2020 (*)	Dividendos	SalDOS em 31.12.2019
	2020	2019	2020	2019				
EMadeira	1.434.227	-	-	-	138.510	-	-	1.572.737
EGaranhuns	365.851	-	-	-	37.629	-	(14.876)	388.604
EParaguacu	14.500	-	87.500	-	1.540	-	-	103.540
EAIMorés	10.959	-	52.500	-	975	-	-	64.434
ELvai	22.555	-	45.000	-	1.134	-	-	68.689
<b>Total</b>	<b>1.848.092</b>	<b>185.000</b>	<b>185.000</b>	<b>179.788</b>	<b>179.788</b>	<b>(14.876)</b>	<b>2.198.004</b>	

	SalDOS em 2019		Integralização de capital		Equivalência patrimonial	Ajuste efeito Ofício CVM 04/2020(*)	Dividendos	SalDOS em 2020
	2020	2019	2020	2019				
EMadeira	1.572.737	-	-	-	25.054	58.280	(5.950)	1.650.121
EGaranhuns	388.604	-	-	-	38.419	(21.187)	(28.077)	377.759
EParaguacu	103.540	127.500	-	-	81.703	71.279	-	384.022
EAIMorés	64.434	94.000	-	-	55.736	40.206	-	254.376
ELvai	68.689	-	-	-	99.652	23.383	-	191.724
<b>Total</b>	<b>2.198.004</b>	<b>221.500</b>	<b>221.500</b>	<b>300.564</b>	<b>300.564</b>	<b>171.961</b>	<b>(34.027)</b>	<b>2.858.002</b>

(\*) Refere-se aos impactos da aplicação do Ofício CVM 04/2020, nos saldos do exercício de 2019, nas controladas em conjunto e reclassificação de saldos na controladora conforme demonstrado na nota 2.4.

#### (c) Informações sobre investimentos em controladas

	Data-base	Quantidade de ações ordinárias	Participação no capital integralizado %	Capital			Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ajustado (*)	Receita bruta	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
				Integralizado	Ativos	Passivos				
ESerra do Japi	2020	130.857.000	100,0	130.857	546.846	75.431	471.415	82.008	75.449	
EMG	2019	130.857.000	100,0	130.857	516.431	80.765	435.666	58.898	43.103	
ENNE	2020	101.625.000	100,0	101.695	139.357	38.450	100.907	75.791	29.289	
EPinheiros	2019	83.055.292	100,0	83.055	125.953	27.645	98.308	71.382	17.203	
Evrecy	2020	338.984.000	100,0	338.984	500.951	185.941	315.010	50.027	17.603	
EItaúnas	2019	338.984.000	100,0	338.984	494.570	197.163	297.407	49.062	23.162	
ETibagi	2020	300.910.000	100,0	300.910	614.631	77.393	537.238	71.279	12.484	
EItaquere	2019	300.910.000	100,0	300.910	639.468	91.114	548.354	82.136	66.290	
EItapura	2020	21.512.367	100,0	21.512	63.131	8.015	55.116	66.530	23.493	
EAguaapei	2019	21.512.367	100,0	21.512	53.667	4.219	49.448	63.353	7.502	
ESul	2020	175.831.000	100,0	175.831	290.304	22.376	267.928	158.709	85.152	
EBiguaçu	2019	124.750.000	100,0	124.750	142.632	10.937	131.695	-	82.877	
EMadeira	2020	96.422.000	100,0	96.422	170.453	33.929	136.524	-	49.111	
EGaranhuns	2019	89.887.000	100,0	89.887	123.000	32.862	90.138	-	106.828	
EAIMorés	2020	206.093.000	100,0	206.093	558.274	68.219	490.055	-	318.165	
ELvai	2019	175.455.000	100,0	175.455	248.309	58.095	190.214	-	118.507	
ESerra do Japi	2020	123.046.000	100,0	123.046	155.299	13.968	141.331	-	54.054	
EMG	2019	79.952.000	100,0	79.952	142.644	43.315	99.329	-	88.459	
EPinheiros	2020	304.429.000	100,0	304.429	526.533	55.465	471.068	-	430.130	
EAguaapei	2019	101.567.000	100,0	101.567	125.210	22.758	102.452	-	83.245	
ESul	2020	220.660.000	100,0	220.660	219.469	44.719	174.750	120.454	(4.981)	
EBiguaçu	2019	220.660.000	100,0	220.660	243.632	44.270	199.362	138.977	34.729	
EMadeira	2020	103.133.000	100,0	103.133	120.810	17.329	103.481	-	99.867	
EGaranhuns	2019	10.413.000	100,0	10.413	12.076	1.263	10.813	-	9.057	
ESerra do Japi	2020	-	100,0	-	577	19	558	-	-	
EMG	2019	-	-	-	-	-	-	-	-	

(\*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

#### (d) Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	2020					2019				
	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguacu	IEAIMorés	IELvai	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguacu	IEAIMorés	IELvai
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	14.673	14.595	4.433	10.821	1.039.553	40	3.770	23	28	11.628
Aplicações financeiras	350.636	-	9.704	5.186	-	276.806	14.720	9.140	8.074	1.658.552
Ativos da concessão	435.367	93.321	-	-	-	540.138	87.415	-	-	-
Outros ativos	51.264	5.285	1.910	1.606	4.910	84.586	18.882	1.016		



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Combinação de negócios

Em 2 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda com Wire Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Kavom para aquisição, via direta e indireta, da totalidade de ações representativas do capital social da Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia S.A. (PBTE). A aquisição indireta das ações da PBTE se dará por meio da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da sua controladora, SF Energia Participações S.A. O preço de aquisição é de R\$1.594.000 considerando dívida líquida estimada de R\$292 milhões e estará sujeito aos mecanismos de ajuste de preço estabelecido no contato de compra e venda, que se dará após a aprovação dos órgãos competentes. A PBTE opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo, que entrou em operação em abril de 2020 e interliga as subestações Piratininga II e Bandeirantes da CTEEP. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 19 de janeiro de 2021 e em 1º de fevereiro de 2021 obteve a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (nota 36).

(iii) Controlada em conjunto

**Interligação Elétrica do Madeira S.A.**  
• **Processo de arbitragem:**  
A IEMadeira teve um processo de arbitragem, que tramitou na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, contra a empresa Transformadores e Serviços de Energia das Américas Ltda., nova razão social de Toshiba América do Sul Ltda. ("Toshiba"), contratada em julho de 2010 para a construção de aproximadamente 900 Km da Linha de Transmissão da IE Madeira, Trechos 1A, 1B e 2B. Em 25 de junho de 2020 o Tribunal Arbitral proferiu Sentença Final após a fase de esclarecimentos, condenando a IE Madeira a indenizar a Toshiba em R\$285.061, montante este já atualizado por IPCA e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2%. IEMadeira efetuou a provisão contábil para fazer frente a este processo e em agosto de 2020 foi celebrado um acordo para o pagamento da dívida, sendo 40% a vista e o saldo remanescente em 48 parcelas mensais com atualização monetária e juros.

12. IMOBILIZADO

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Controladora				Taxas médias anuais de depreciação
	2020		2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Terrenos.....	2.060	-	2.060	2.060	-
Edificações.....	1.246	(947)	299	37	4,00%
Arrendamento de edifícios (i).....	53.930	(7.477)	46.453	40.392	10,37%
Máquinas e equipamentos.....	7.958	(2.869)	5.089	4.097	5,67%
Móveis e utensílios.....	13.145	(6.449)	6.696	1.836	3,89%
Equipamentos de informática.....	21.683	(15.364)	6.319	6.586	11,69%
Veículos.....	10.196	(7.527)	2.669	4.127	14,29%
Arrendamento de veículos (i).....	17.694	(13.231)	4.463	8.158	35,00%
Benefetorias em imóveis de terceiros.....	10.071	(525)	9.546	679	12,50%
Imobilizado em andamento.....	7.590	-	7.590	17.747	-
	<b>145.573</b>	<b>(54.389)</b>	<b>91.184</b>	<b>85.699</b>	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

	Consolidado				Taxas médias anuais de depreciação
	2020		2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Terrenos.....	2.060	-	2.060	2.060	-
Edificações.....	1.246	(947)	299	37	4,00%
Arrendamento de edifícios (i).....	55.837	(7.690)	48.147	40.838	10,37%
Máquinas e equipamentos.....	8.015	(2.875)	5.140	4.150	5,67%
Móveis e utensílios.....	13.155	(6.450)	6.705	1.843	3,89%
Equipamentos de informática.....	21.731	(15.395)	6.336	6.590	11,69%
Veículos.....	10.196	(7.528)	2.668	4.127	14,29%
Arrendamento de veículos (i).....	17.956	(13.490)	4.466	8.269	35,25%
Benefetorias em imóveis de terceiros.....	10.071	(525)	9.546	679	12,50%
Imobilizado em andamento.....	7.624	-	7.624	17.764	-
	<b>147.891</b>	<b>(54.900)</b>	<b>92.991</b>	<b>86.377</b>	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora				Saldo em 2019
	2020		2019		
	Saldos em 2018	Adições	Depreciação	Baixas/Transferências	Saldos em 2019
Terrenos.....	2.060	-	-	-	2.060
Edificações.....	38	-	(1)	-	37
Arrendamento de edifícios.....	-	52.539	(4.291)	(7.856)	40.392
Máquinas e equipamentos.....	3.599	-	(352)	850	4.097
Móveis e utensílios.....	1.761	-	(256)	331	1.836
Equipamentos de informática.....	5.754	-	(2.210)	3.022	6.586
Veículos.....	5.570	-	(1.457)	14	4.127
Arrendamento de veículos.....	759	13.785	(6.386)	-	8.158
Benefetorias em imóveis de terceiros.....	702	-	(23)	-	679
Imobilizado em andamento.....	5.204	18.517	-	(5.974)	17.747
	<b>25.447</b>	<b>84.841</b>	<b>(14.976)</b>	<b>(9.613)</b>	<b>85.699</b>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

a) Moeda Nacional

Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	Controladora		Consolidado	
											2020	2019	2020	2019
<b>BNDES</b>														
		284.136		TJLP + 1,80% a.a.	8,35%	15.03.2029	Plano de Investimentos	Juros trimestrais até março de 2015 e Pagamento de Principal e Juros mensais a partir de abril 2015	Fiança bancária	Dívida líquida/EBITDA ajustado < 3,0 e Dívida Líquida/Divida Líquida + PL < 0,6	159.057	178.166	159.057	178.166
Contrato 13.2.1344.1 (*)	CTEEP	105.231	23.12.2013	3,50% a.a.	6,17%	15.03.2024	Plurianual 2012 - 2015				31.455	41.664	31.455	41.664
		272.521	08.08.2017	TJLP + 2,62% a.a.	7,04%	15.03.2032	Plano de Investimentos	Principal e Juros mensais a partir de 15 de abril de 2018	Cessão Fiduciária	Dívida líquida/EBITDA < 3,0 e Dívida Líquida/Divida Líquida + PL < 0,6	218.877	234.145	218.877	234.145
Contrato 17.2.0291.2 (*).....	CTEEP	1.378		TJLP	4,98%	15.03.2032	Plurianual 2016-2019	Principal e Juros 168		ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	29	-	29	-
				TJLP + 2,06% a.a.	7,55%	15.02.2028	Financiar os	Principal e Juros 168		ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	3.932	4.482
Contrato 13.2.0650.1.....	Pinheiros	23.498	13.08.2013	3,50% a.a.	3,55%	15.04.2023	Projetos do Lote K do Leilão 004/2011	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	4.226	6.037
				TJLP + 2,62% a.a.	8,28%	15.05.2026	Financiar os	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	19.543	23.326
Contrato 10.2.2034.1.....	Pinheiros	119.886	30.12.2010	5,50% a.a.	5,78%	15.01.2021	Projetos dos Lotes E, H e K do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012	-	ICSD de no mínimo 1,2 apurado anual	-	-	838	10.888
				TJLP + 1,95% a.a.	8,20%	15.05.2026	Financiar os	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio de 2009	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	20.881	24.741
Contrato 11.2.0842.1.....	IE Serra do Japi	93.373	28.10.2011	TJLP + 1,55% a.a.	7,90%	15.05.2026	Projetos do Lote I do Leilão 001/2009	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio de 2009	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	18.044	21.380
Contrato 08.2.0770.1.....	IEMG	70.578	14.01.2009	TJLP + 2,39% a.a.	7,93%	15.04.2023	Projetos do Lote D do Leilão 005/2006	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	12.324	17.610
				5,50% a.a.	5,50%	15.01.2021	Financiar os	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	93	1.213
Contrato 10.2.1883.1.....	IESUL	18.166	21.12.2010	TJLP + 2,58% a.a.	7,72%	15.05.2025	Projetos do Lote F do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	3.372	4.136
				3,0% a.a.	3,00%	15.04.2023	Financiar os	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	2.781	3.972
Contrato 13.2.0422.1.....	IESUL	28.200	28.06.2013	TJLP + 2,58% a.a.	7,93%	15.02.2028	Projetos do Lote I do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	5.942	6.772
<b>Eletrobrás</b>	CTEEP	-	-	8,0% a.a.	8,00%	15.11.2021	-	-	-	-	19	35	19	35
<b>CCB</b>	CTEEP	650.000	30.04.2020	CDI + 2,45% a.a.	3,90%	20.04.2022	-	Principal no final e juros trimestrais	-	-	653.317	-	653.317	-
<b>BNB</b> .....	IEENNE	220.000	19.05.2010	10,0% a.a.	10,00%	19.05.2030	Financiar os	Juros trimestrais até maio de 2012 e mensais a partir de junho 2012	Conta reserva mantida no BNB	-	-	148.176	160.307	
<b>Total em moeda nacional</b> .....											<b>1.062.777</b>	<b>454.036</b>	<b>1.302.929</b>	<b>738.900</b>

b) Moeda estrangeira

Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	Taxa Interna de Retorno - TIR a.a.	Data Final	Indicador financeiro	Forma de Pagamento	Controladora		Consolidado			
									2020	2019	2020	2019		
<b>Lei 4131(**)</b>														
MUFG.....	CTEEP	USD 75.000	20.07.2018	Varição Cambial + 3,3415% a.a. + IR (Swap para 102,3% CDI)	5,73%	20.07.2020	Dívida Líquida/EBITDA < 3,5 EBITDA/Resultado Financeiro > 2,0	Juros Trimestrais e Principal no final	-	306.069	-	306.069		
CITI.....	CTEEP	USD 75.000	24.08.2018	Varição Cambial + Libor 3M + 0,47% a.a. (Swap para 102,3% CDI)	5,63%	24.08.2020	Dívida Líquida/EBITDA < 3,5 EBITDA/Resultado Financeiro > 2,0	Juros Trimestrais e Principal no final	-	302.407	-	302.407		
<b>Total em moeda estrangeira</b> .....											<b>608.476</b>	<b>608.476</b>		
<b>Total em moeda nacional e estrangeira</b> .....											<b>1.062.777</b>	<b>1.062.512</b>	<b>1.302.929</b>	<b>1.347.376</b>
<b>Circulante</b> .....											<b>54.330</b>	<b>658.553</b>	<b>94.628</b>	<b>709.928</b>
<b>Não circulante</b> .....											<b>1.008.447</b>	<b>403.959</b>	<b>1.208.301</b>	<b>637.448</b>

(\*\*) Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices conforme requerido no contrato junto ao BNDES, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

(\*) Os efeitos das contratações de instrumentos financeiros de Swap para os contratos de moeda estrangeira 4131 estão descritos na nota 31.

(\*\*) Em 20 de julho de 2020 ocorreu a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira, com swap para reais junto ao banco MUFG na operação da lei nº 4.131 no montante líquido de R\$306.963.

(\*) Em 24 de agosto de 2020 ocorreu a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira, com swap para reais junto ao banco Citibank na operação sob lei nº 4.131 no montante líquido de R\$318.747.

(\*\*) EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato junto com BNDES, MUFG e CITI.

Os vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos a longo prazo estão distribuídos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021.....	-	48.410	-	82.097
2022.....	698.096	48.410	731.628	81.943
2023.....	48.757	48.410	77.583	77.236
2024.....	39.429	39.081	66.293	65.946
2025.....	38.581	38.233	65.484	65.137
2026.....	38.581	38.233	59.704	59.218
2027 a 2031.....	140.154	138.418	202.759	201.108
2032 a 2032.....	4.849	4.764	4.850	4.763
	<b>1.008.447</b>	<b>403.959</b>	<b>1.208.301</b>	<b>637.448</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Saldos em 2018</b> .....	<b>1.220.781</b>	<b>1.549.244</b>	<b>1.220.781</b>	<b>1.549.244</b>
Adições.....	100.000	100.000	100.000	100.000
Pagamentos de principal.....	(295.105)	(336.849)	(295.105)	(336.849)
Pagamentos de juros.....	(66.025)	(91.512)	(66.025)	(91.512)
Juros e variações monetárias e cambiais.....	102.861	126.493	102.861	126.493
<b>Saldos em 2019</b> .....	<b>1.062.512</b>	<b>1.347.376</b>	<b>1.062.512</b>	<b>1.347.376</b>
Adições.....	655.516	655.516	655.516	655.516
Pagamentos de principal.....	(870.868)	(913.352)	(870.868)	(913.352)
Pagamentos de juros.....	(82.671)	(84.304)	(82.671)	(84.304)
Juros e variações monetárias e cambiais.....	278.288	297.893	278.288	297.893
<b>Saldos em 2020</b> .....	<b>1.062.777</b>	<b>1.302.929</b>	<b>1.062.777</b>	<b>1.302.929</b>

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas e controladas em conjunto, no limite de sua participação, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

Controlada	Participação na controlada	Banco	Modalidade dívida	Saldo devedor em 31.12.2020	Modalidade garantias	Saldo garantido pela CTEEP	Término da garantia
IE Pinheiros.....	100%	BNDES	FINEM e PSI	20.381	Penhor de ações	20.3	



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação das debêntures é como segue:

<b>Saldo em 2018</b> .....										<b>1.465.211</b>
Adição.....										409.325
Pagamentos de juros.....										(78.209)
Juros e variações monetárias.....										100.152
<b>Saldos em 2019</b> .....										<b>1.896.479</b>
Adição.....										1.600.000
Pagamentos de principal.....										(350.000)
Pagamentos de juros.....										(82.840)
Juros e variações monetárias.....										115.627
<b>Saldos em 2020</b> .....										<b>3.179.266</b>

**16. ARRENDAMENTOS**

A composição dos saldos de arrendamentos é como segue:

Contrato	Valor Contratual	Data início	Taxa	Data final	Forma de pagamento	Controladora		Consolidado	
						2020	2019	2020	2019
Arrendamento de veículos.....	13.278	01.06.2017 até 01.06.2020	0,58% a.m.	31.10.2020 até 14.03.2024	juros mensais	4.168	8.058	4.168	8.210
Arrendamento de imóveis.....	10.885	01.09.2018 até 01.07.2019	0,58% a.m.	31.08.2022 até 30.06.2029	juros mensais	47.647	41.227	49.369	41.686
<b>Total de arrendamento</b> .....						<b>51.815</b>	<b>49.285</b>	<b>53.537</b>	<b>49.896</b>
<b>Circulante</b> .....						<b>8.603</b>	<b>9.642</b>	<b>8.795</b>	<b>9.948</b>
<b>Não circulante</b> .....						<b>43.212</b>	<b>39.643</b>	<b>44.742</b>	<b>39.948</b>

Os vencimentos das parcelas de arrendamentos a longo prazo estão distribuídos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021.....		3.959		4.015
2022.....	6.162	4.291	6.357	4.317
2023.....	5.689	4.109	5.887	4.137
2024.....	5.578	4.300	5.778	4.330
2025 a 2029.....	25.783	22.984	26.720	23.149
	<b>43.212</b>	<b>39.643</b>	<b>44.742</b>	<b>39.948</b>

A movimentação dos arrendamentos mercantis é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adições.....		58.468		59.377
Pagamentos.....		(11.838)		(12.165)
Juros.....		2.143		2.172
<b>Saldos em 2019</b> .....		<b>49.285</b>		<b>49.896</b>
Adições.....		14.405		15.836
Pagamentos.....		(12.921)		(13.275)
Juros.....		1.042		1.080
<b>Saldos em 2020</b> .....		<b>51.815</b>		<b>53.537</b>

De acordo com o requerido nos ofícios circulares nº 02/2019 e nº 01/2020, emitidos em 18 de dezembro de 2019 e 5 de fevereiro de 2020, respectivamente, os efeitos inflacionários nos saldos constantes nas demonstrações financeiras, relacionados ao CPC 06 (R2) (IFRS 6) são de: (i) direito de uso de R\$13.290 na controladora e R\$14.391 no consolidado; (ii) passivo de arrendamentos de R\$9.384 na controladora e R\$10.140 no consolidado; (iii) depreciação de R\$1.444 na controladora e R\$1.558 no consolidado; e (iv) despesa financeira de R\$3.345 na controladora e R\$3.625 no consolidado.

**17. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda.....	147.518	24.325	149.012	25.266
Contribuição social.....	47.544	12.681	48.409	13.343
COFINS.....	33.654	27.213	34.459	27.883
PIS.....	6.852	5.457	7.027	5.603
INSS.....	5.426	5.504	7.551	5.976
ISS.....	1.614	1.975	2.712	2.495
FGTS.....	-	1.921	-	1.921
Imposto de renda retido na fonte.....	4.128	4.122	4.255	4.164
Outros.....	1.713	5.159	2.189	5.455
	<b>248.449</b>	<b>88.357</b>	<b>255.614</b>	<b>92.106</b>

**18. PIS E COFINS DIFERIDOS**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS diferido.....	210.824	191.665	234.846	211.410
COFINS diferido.....	970.923	882.821	1.081.876	973.913
	<b>1.181.747</b>	<b>1.074.486</b>	<b>1.316.722</b>	<b>1.185.323</b>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

**19. ENCARGOS REGULATÓRIOS A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i).....	75.083	72.634	81.608	78.018
Reserva Global de Reversão - RGR.....	548	548	548	548
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (ii).....	12.721	8.730	12.721	8.730
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.....	2.260	1.889	2.260	1.889
Taxa de Fiscalização ANEEL.....	-	-	385	387
	<b>90.612</b>	<b>83.801</b>	<b>97.522</b>	<b>89.572</b>
	<b>47.390</b>	<b>47.187</b>	<b>49.457</b>	<b>48.336</b>
	<b>43.222</b>	<b>36.614</b>	<b>48.065</b>	<b>41.236</b>

(i) A Companhia e suas controladas reconhecem obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. O total aplicado em projetos não concluídos até 31 de dezembro de 2020 soma R\$26.002 (R\$25.824 em 31 de dezembro de 2019) e é registrado na rubrica de outros ativos.

(ii) A CDE é um encargo o qual a transmissora tem a obrigação de intermediar repasse a partir dos valores arrecadados dos consumidores livres.

**20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	
Férias e encargos sociais.....		32.147	20.589
Participação nos Lucros e Resultados - PLR.....		12.947	12.752
		<b>45.094</b>	<b>33.341</b>

**21. PROVISÕES**

**(a) Demandas judiciais**

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia e suas controladas. As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As demandas judiciais com probabilidade de perda provável são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas (i).....	50.535	54.619	50.569	54.740
Cíveis (ii).....	1.748	3.269	1.748	6.935
Tributárias - IPTU (iii).....	2.192	368	2.192	368
Fundárias (iv).....	2.669	-	-	-
Outros.....	250	304	250	304
	<b>57.394</b>	<b>58.580</b>	<b>54.719</b>	<b>62.367</b>

**(i) Trabalhistas**

A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos dos processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$29.038 na controladora e R\$29.087 no consolidado (R\$26.555 na controladora e R\$26.604 no consolidado em 31 de dezembro de 2019), conforme nota 10.

**(ii) Cíveis**

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a questões imobiliárias, indenizações, cobranças, anulatórias e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

**(iii) Tributárias - IPTU**

A Companhia está envolvida em processos tributários referente a cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo.

**(iv) Fundárias**

Processos cíveis-fundários, de empresas controladas, relacionados a questões imobiliárias, envolvendo constituição de servidão de passagem, desapropriação, indenizações e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos, nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

**(v) Movimentação das provisões é como segue:**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Saldo em 2018</b> .....	<b>86.763</b>	<b>2.900</b>	<b>996</b>	<b>6</b>
Constituição.....	13.319	1.190	5	275
Reversão.....	(30.986)	(608)	(631)	(7)
Pagamento.....	(21.445)	(555)	(33)	(22.033)
Atualização.....	6.968	342	51	30
<b>Saldos em 2019</b> .....	<b>54.619</b>	<b>3.269</b>	<b>388</b>	<b>304</b>
Constituição.....	18.639	5.669	2.176	2.799
Reversão.....	(13.083)	(2.312)	(387)	(59)
Pagamento.....	(14.783)	(142)	-	-
Atualização.....	5.143	379	15	112
<b>Saldos em 2020</b> .....	<b>50.535</b>	<b>1.748</b>	<b>2.192</b>	<b>2.669</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Saldo em 2018</b> .....	<b>86.765</b>	<b>2.941</b>	<b>996</b>	<b>6</b>
Constituição.....	13.437	4.761	5	275
Reversão.....	(30.986)	(794)	(631)	(7)
Pagamento.....	(21.445)	(555)	(33)	(22.033)
Atualização.....	6.969	582	51	30
<b>Saldos em 2019</b> .....	<b>54.740</b>	<b>6.935</b>	<b>388</b>	<b>304</b>
Constituição.....	18.640	734	2.176	33.700
Reversão.....	(13.181)	(6.363)	(387)	(467)
Pagamento.....	(14.783)	(142)	-	-
Atualização.....	5.153	584	15	690
<b>Saldos em 2020</b> .....	<b>50.569</b>	<b>1.745</b>	<b>2.192</b>	<b>33.923</b>

**(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível - controladora e consolidado**

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza trabalhista, cível, previdenciária e tributária, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$ 771.066 e R\$ 780.482 em 31 de dezembro de 2020 (R\$607.435 e R\$612.961 em 31 de dezembro de 2019), controladora e consolidado, respectivamente.

Classificação	Controladora		Consolidado	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Trabalhistas.....	142	19.042	143	19.065
Cíveis.....	63	60.768	70	62.654
Cíveis - Fundários.....	7	3.856	33	10.716
Previdenciárias.....	31	2.383	31	2.383
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i).....	2	396.824	2	396.824
Tributárias - Amortização ágio (ii).....	2	169.560	2	169.560
Tributárias - CSLL base negativa (iii).....	1	29.550	1	29.550
Tributárias - IPTU.....	145	80.731	146	80.741
Tributárias - Outros.....	35	8.352	39	8.989
	<b>428</b>	<b>771.066</b>	<b>467</b>	<b>780.482</b>

**(i) Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP**

**• Ação Declaratória**  
Ação Ordinária na qual acionistas minoritários pleiteiam a nulidade da incorporação da Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE) pela Companhia ou, de forma subsidiária, a declaração de seu direito de rescisão e determinação do pagamento do valor de reembolso de suas ações. Atualmente, em fase de execução, com pendência de apreciação de valores pela autarquia de pré-executividade. A Companhia ingressou com ação rescisória e obtve decisão liminar condicionando eventual levantamento de definitiva pelos autores à apresentação de caução idônea. A ação rescisória foi julgada improcedente e a Companhia interps recurso da decisão, pendente de julgamento. Na ação principal, os acionistas minoritários iniciaram cumprimento de sentença, a impugnação da empresa foi julgada parcialmente procedente e a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

Em outubro de 2020 a Companhia foi citada de nova ação ajuizada por parte dos acionistas minoritários, pleiteando que a indenização pelo valor das ações seja calculada com base no laudo RBSE. Os acionistas minoritários apresentaram parecer técnico econômico indicando pretensão da causa da ordem de R\$133 milhões. O processo está em fase de apuração de provas.

**(ii) Tributárias - Amortização do ágio**

Processos decorrentes de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) entre 2013 a 2017, competência de 2008 a 2013, referentes à operação de ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Companhia.

• O caso de 2008 foi julgado pela última instância do CARF com decisão desfavorável. Foi interposta ação judicial, com sentença parcialmente procedente para a Companhia (reconheceu a operação para IRPJ mas não para CSLL). Foi interposto recurso para a segunda instância judicial e aguarda julgamento.

• Os casos envolvendo os exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012 tiveram decisão favorável definitiva na Câmara Superior do CARF.

• O exercício de 2013 teve decisão parcialmente favorável à Companhia no primeiro julgamento. Foi apresentado recurso, pendente de julgamento. A existência de decisão desfavorável no CARF não vincula aos demais processos existentes e pendentes de julgamento, por ainda não possuir o CARF uma posição unânime sobre o tema, tendo em vista que os julgamentos desfavoráveis foram precedidos por empate, posteriormente decididos pelo voto de qualidade do Presidente da Turma/Câmara.

**(iii) Tributárias - CSLL Base Negativa**

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, referente a composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Processo administrativo com encerramento desfavorável no CARF pelo voto de qualidade. A Companhia discute o tema no Judiciário e obtve liminar favorável para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Em setembro de 2020 o processo foi julgado de forma desfavorável à Companhia e foi apresentado recurso, que ainda pend de julgamento, entretanto, foi proferida decisão favorável à empresa, suspendendo a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia.

**(c) Processos com probabilidade de perda classificada como remota - controladora e consolidado**

**(i) PIS e COFINS**  
A Companhia defende atualmente autos de infração de PIS e COFINS relativos aos anos de 2003 a 2011, sob o entendimento de que a Companhia estaria sujeita ao regime da cumulatividade. A Companhia adotava o regime cumulativo até o ano de 2003. Com a mudança da legislação, a partir de outubro de

2003 a regra geral tornou-se a não cumulatividade, com exceção de receitas que se enquadravam em 4 requisitos: i) contratos firmados antes de outubro de 2003, ii) com prazo superior a um ano, iii) preço pré-determinado, iv) para aquisição de bens ou serviços. Uma vez que a receita do SE (contrato 059/2001 anterior a Lei nº 12.783/2013) se enquadra nestes requisitos, e atendendo inclusive à orientação da ANEEL, a Companhia pediu a compensação dos valores pagos a maior no período em que fez recolhimentos no não cumulativo e passou a tributar a parcela da receita do SE pelo sistema cumulativo para PIS e COFINS.

Até setembro de 2013, os processos administrativos em fase mais avançadas estavam com decisão favorável no CARF, em linha com o entendimento do judiciário sobre o tema. Em dezembro de 2015 o CARF mudou seu entendimento sobre a tese, todavia, o entendimento e posicionamento do judiciário permanece o mesmo. Atualmente, os casos que já foram encerrados no CARF (envolvendo os períodos de 2003 a 2010) totalizam o valor atualizado de R\$2.006 milhões e são objeto de uma ação judicial que discute a análise de um laudo pelo CARF, tendo sido proferida decisão desfavorável à Companhia em primeira instância, sendo que no momento aguarda-se julgamento de recurso.

O processo envolvendo o exercício de 2011 possui valor atualizado de R\$640 milhões, teve julgamento desfavorável à Companhia na primeira instância do CARF. A Câmara Baixa do CARF determinou que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional analisasse o laudo elaborado por consultoria especializada, o qual foi analisado e validado. A Companhia aguarda novo julgamento na Câmara Baixa do CARF.

**(ii) Ações Seguradoras**



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**(i) Reserva legal**  
Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia alcançou o limite de constituição da reserva legal.

**(ii) Reserva estatutária**  
O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de até 20% do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal, para a formação da reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar o valor do capital social, com as seguintes finalidades: (a) suportar investimentos para expansão das atividades da Companhia; (b) permitir a manutenção de capital de giro adequado; (c) permitir a criação de fundos necessários para o cumprimento de obrigações junto a terceiros, inclusive financiadores; e (d) proteger a Companhia contra potenciais contingências ou perdas advindas de riscos regulatórios.

**(iii) Reserva de retenção de lucros**  
A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

**(iv) Reserva especial de lucros a realizar**  
A Reserva especial de lucros a realizar contempla os impactos de (i) valores a receber do SE (nota 7); (ii) ajustes da aplicação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão; (iii) adoção inicial do CPC 47 (IFRS15) e (iv) equivalência patrimonial, uma vez que, não compõem parcela realizada do lucro líquido do exercício. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendos ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

A movimentação do exercício de 2020 é como segue:

Saldo em 2019	5.466.623
Realização (*)	(1.648.074)
Constituição (**)	2.867.022
<b>Saldo em 2020</b>	<b>6.485.572</b>

(\*) A realização contempla, principalmente, valores efetivamente recebidos relativos a RBSE, e dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto.

(\*\*) A constituição é formada pela atualização do saldo a receber da RBSE e itens não caixa conforme da aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas IFRS, principalmente pela aplicação das IFRS 9 e 15, e suas especificidades no setor de transmissão.

**(e) Outros Resultados Abrangentes (ORA)**  
A Companhia reconhece em Outros Resultados Abrangentes o passivo e os respectivos efeitos tributários decorrentes do déficit atuarial apresentado em laudo elaborado por atuário independente. Em 31 de dezembro de 2020 apresenta o valor R\$240.676 líquido de impostos (superavit atuarial R\$29.683 em 31 de dezembro de 2019) (nota 22).

Também estão classificados em Outros Resultados Abrangentes, os instrumentos derivativos de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa das controladas IEBiguacu e IERiacho Grande no valor de R\$16.131 líquido de impostos, onde a parte efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge accounting é registrada no Patrimônio líquido, e não no Resultado (vide nota 11 (a)). Em maio de 2020 houve a primeira liquidação financeira no montante de R\$6.401, sendo que existem liquidações previstas até setembro de 2021.

**(f) Resultado por ação**  
O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, neste caso a Companhia considerou ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

Conforme previsto na Instrução CVM nº 319, à medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização foram consideradas diluidoras para o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2020	2019
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>		
Lucro líquido - R\$ mil	3.361.503	1.762.631
Média ponderada de ações (i)		
Ordinárias	257.937.732	208.116.882
Preferenciais	400.945.572	323.502.660
	<b>658.883.304</b>	<b>531.619.542</b>
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	257.960.466	208.135.584
Preferenciais	400.972.125	323.523.457
	<b>658.932.591</b>	<b>531.659.041</b>
Lucro básico por ação	5,10182	3,31559
Lucro diluído por ação	5,10144	3,31534

(i) O cálculo da média ponderada de ações do exercício de 2019 considera a média ponderada de ações antes do desdobramento de ações ocorrido em 04 de abril de 2019.

**25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

25.1 Composição da receita operacional líquida	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receita bruta</b>				
Receita de infraestrutura (a) (nota 7)	368.631	232.706	1.135.533	808.525
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (b) (nota 7)	29.919	464.490	152.998	464.490
Operação e Manutenção (a) (nota 7)	1.022.642	1.086.028	1.071.126	1.108.520
Remuneração dos ativos da concessão (nota 7)	1.556.708	1.120.464	1.846.116	1.402.082
Aluguéis	21.838	20.587	22.314	20.936
Prestação de serviços	37.777	14.454	12.908	10.912
<b>Total da receita bruta</b>	<b>3.037.515</b>	<b>2.938.729</b>	<b>4.240.995</b>	<b>3.815.465</b>
<b>Outros sobre a receita</b>				
COFINS	(240.399)	(223.384)	(278.691)	(246.741)
PIS	(52.192)	(48.498)	(60.495)	(53.559)
ICMS	(3)	(377)	(3)	(377)
ISS	(1.773)	(697)	(1.773)	(697)
	<b>(294.367)</b>	<b>(272.956)</b>	<b>(340.952)</b>	<b>(301.374)</b>
<b>Encargos regulatórios</b>				
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(125.086)	(111.792)	(125.086)	(111.792)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	(6.205)	(6.207)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(36.873)	(25.604)	(39.331)	(27.629)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(20.897)	(25.794)	(20.897)	(25.794)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(11.373)	(10.024)	(12.246)	(10.607)
	<b>(194.229)</b>	<b>(170.214)</b>	<b>(203.615)</b>	<b>(192.229)</b>
	<b>2.548.919</b>	<b>2.492.559</b>	<b>3.696.428</b>	<b>3.331.862</b>

**(a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção**  
A receita relacionada a obrigação de performance de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que os gastos são incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto. As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

**(b) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura**  
Refletem as variações positivas apuradas na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação. Em 2020 e 2019, o ganho de eficiência refere-se à projetos de reforços e melhorias e o contrato 027/2017 da controlada Itaquê que entraram em operação.

**(c) Remuneração dos ativos da concessão**  
A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de cada projeto sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e lições e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

**(d) Margens das Obrigações de Performance**

	2020	2019
<b>Implementação da Infraestrutura</b>		
Receita de infraestrutura	368.631	1.135.533
Custo de implementação da Infraestrutura	(209.717)	(739.373)
<b>Margem</b>	<b>158.914</b>	<b>396.160</b>
<b>% Margem percebida</b>	<b>43.1%</b>	<b>34.9%</b>
<b>Ganho de eficiência</b>	<b>29.919</b>	<b>152.998</b>
<b>O&amp;M</b>		
Receita de O&M	1.022.642	1.071.126
Custo de O&M	(385.795)	(394.315)
<b>Margem</b>	<b>636.847</b>	<b>676.811</b>
<b>% Margem percebida</b>	<b>62,3%</b>	<b>63,2%</b>
<b>Remuneração dos ativos da concessão</b>	<b>1.556.708</b>	<b>1.846.116</b>
<b>Taxa de desconto do ativo de contrato</b>	<b>6,64%</b>	<b>de 6,13% a 9,92%</b>

**25.2 Parcela Variável - PV, adicional à RAP**  
A Resolução Normativa nº 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável - PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária

Concessionária	Índice	RAP Ciclo 19/20 REH 2.565 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	Ke	RTP	Redução 50% RAP	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21
ISA - CTEEP	IPCA	2.633.794	49,031	10.167	278.840	(72.940)	-	2.858.882	232.149	3.131.031
Concessionária em operação	IPCA /IGP-M	230.531	5,736	697	-	(5.118)	-	233.224	3.461	237.285
<b>Total</b>		<b>2.864.325</b>	<b>54,767</b>	<b>10.854</b>	<b>278.840</b>	<b>(70.962)</b>	<b>(5.118)</b>	<b>3.132.706</b>	<b>235.610</b>	<b>3.368.316</b>

(\*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2019/2020 negativo de R\$63.985.  
A Receita Regulatória da Companhia e suas controladas, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão - DIT		Total 2020 (*)	Total 2019 (*)
	RBSE	RBNI	Licitada	Parcela de ajuste		
059/2001	1.910.977	189.189	-	193.658	3.104.824	2.579.079
143/2001	-	-	13.352	(191)	13.161	16.476
004/2007	-	-	20.076	(213)	19.863	19.030
012/2008	-	-	9.081	236	9.317	11.746
015/2008	-	16.280	17.368	396	34.052	35.237
018/2008	-	100	4.473	96	4.669	5.769
021/2011	-	-	4.478	(28)	4.450	6.093
026/2009	-	5.541	30.802	(211)	36.032	43.138
001/2008	-	5	48.858	3.675	53.738	52.538
020/2008	-	11.030	(668)	-	10.362	12.775
013/2008	-	-	6.340	78	6.418	5.777
016/2008	-	2.389	11.128	542	14.059	14.321
042/2017 (**)	-	-	12.022	(7)	11.915	12.016
	<b>1.910.977</b>	<b>224.541</b>	<b>177.978</b>	<b>197.353</b>	<b>650.006</b>	<b>158.446</b>

(\*) Considerados os valores relacionados a parcela de ajuste (PA).  
(\*\*) Entrada em operação em agosto de 2019.  
(\*\*\*) RPC representa o equivalente a "RBSE" e RCDM representa o equivalente ao "RBNI" para as DITs.

**26. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Custos de implementação e de O&amp;M</b>				
Honorários da administração	-	(9.963)	(9.963)	(16.219)
Pessoal	(246.745)	(824)	(83.694)	(327.373)
Serviços	(134.035)	(13)	(52.466)	(184.065)
Depreciação	-	(19.174)	(19.174)	(18.603)
Materiais	(160.258)	(1.463)	(909)	(162.630)
Arrendamentos e aluguéis	(951)	-	(1.214)	(4.960)
Demandas judiciais	-	(11.394)	(11.394)	14.700
Outros	(53.523)	(27.690)	(81.213)	(64.544)
	<b>(595.512)</b>	<b>(2.300)</b>	<b>(203.152)</b>	<b>(800.964)</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>				
Honorários da administração	-	(9.963)	(9.963)	(16.219)
Pessoal	(246.745)	(824)	(83.694)	(331.134)
Serviços	(354.842)	(13)	(57.021)	(411.876)
Depreciação	-	(19.791)	(19.791)	(19.963)
Materiais	(453.917)	(1.463)	(910)	(456.290)
Arrendamentos e aluguéis	(2.051)	-	(1.214)	(3.265)
Demandas judiciais	-	(52.689)	(52.689)	8.847
Outros	(76.133)	(28.234)	(104.367)	(78.191)
	<b>(1.133.688)</b>	<b>(2.300)</b>	<b>(253.516)</b>	<b>(1,148,504)</b>

Dos custos demonstrados acima, os custos de implementação da infraestrutura da controladora totalizaram R\$209.717 em 2020 e R\$132.164 em 2019, e no consolidado totalizaram R\$739.373 em 2020 e R\$548.126 em 2019. A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota 25.1, é calculada acrescendo-se à margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

**27. RECEITAS - REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (RTP), LÍQUIDAS**

O montante, em 2020 de R\$1.470.854 na controladora e R\$1.477.622 no consolidado refere-se a: (i) a revisão do fluxo de recebimento e parcela de ajuste (PA) da atualização do Ke do Ativo da Lei nº 12.783 - SE, (ii) o revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remessa de custos dos investimentos de implementação de infraestrutura da Companhia e da controlada IESerra do Japi, (iii) reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 2019 o montante de R\$26.707 refere-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura das controladas IESul e IEPinheiros conforme demonstrado abaixo:

Ativo da Lei nº 12.783 - SE	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Parcela de ajuste (PA) da atualização do Ke	1.546.968	1.546.968	1.546.968	1.546.968
Implementação de infraestrutura	84.700	84.700	84.700	84.700
PIS/COFINS diferidos	(26.088)	(19.064)	(26.088)	(28.421)
	<b>1.405.580</b>	<b>1,412,604</b>	<b>1,405,580</b>	<b>1,412,604</b>

**28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

O montante de R\$172.785 na controladora e R\$170.171 no consolidado refere-se principalmente a: (i) ganho de R\$73.464 decorrente a negociação de 395 mil m² de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município, (ii) reconhecimento de indenização por desapropriação de terrenos da antiga EPTE resultante da decisão favorável em um processo judicial no valor de R\$75.328, com recebimento por meio de precatórios registrado em "Outros" no ativo não circulante, e (iii) R\$13.165 de crédito de PIS e COFINS extemporâneos.

aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

**25.3 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP**  
Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

O descrito acima não se aplica à receita licitada associada ao contrato de concessão nº 143/2001 da controlada IESerra do Japi que não está sujeita a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da parcela associada à receita ofertada em leilão, entretanto, a versão 3.0 do Proret 9.2, estabeleceu que a partir do ano de 2019, os reforços e melhorias dos contratos que não possuem cláusula de revisão, passariam por revisão a cada 5 anos. Tendo em vista que o contrato 143/2001 não possui reforços ou melhorias, não teve sua RAP afetada.

A revisão tarifária periódica para os contratos de concessão, como o 059/2001, de concessionárias consideradas existentes, acontece a cada 5 anos e compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:  
a) da base de remuneração regulatória para RBNI e RBSE;  
b) dos custos operacionais eficientes;  
c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;  
d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas;

e) da aplicação do fator "x" (índice definido pela ANEEL no processo de revisão periódica que visa estimular a eficiência e capturar ganhos de produtividade para o consumidor).

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Concessionária	Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
CTEEP	059/2001	2.714	30.06.2020	01.07.2020
<b>Controladas</b>				
IESerra do Japi	026/2009	2.826	15.12.2020	01.07.2020
IEMG	004/2007	2.257	20.06.2017	01.07.2017
IENNE	001/2008	2.405	19.06.2018	01.07.2018
IEPinheiros	012/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	015/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	018/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	021/2011	2.257	20.06.2017	01.07.2017
Evecy	020/2008	2.404	19.06.2018	01.07.2018



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Posicionamento CTEEP

A Companhia continua empenhada em obter decisão judicial definitiva que mantenha o procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela SEFAZ-SP. A Companhia reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores jurídicos externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da SEFAZ-SP e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia.

Tendo em vista os fatos ocorridos durante 2013, sobretudo relacionados ao andamento jurídico do processo relacionado à cobrança dos valores devidos pela SEFAZ-SP, acima descrito, e considerando o andamento jurídico dos demais processos e ações acima mencionados, a Administração da Companhia reconheceu, em 2013, e julga adequada, provisão para perdas sobre a realização de créditos de parte dos valores a receber, para a qual há expectativa de aumento no prazo de realização e ainda não contemplada como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP.

A administração da Companhia vem monitorando os andamentos e desdobramentos relacionados à parte jurídica do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras.

35. TRANSAÇÃO QUE NÃO ENVOLVE CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	Controladora				
	2019	Alterações não Caixa			2020
		Fluxo de caixa	Adição ou transferência	Juros ou Prescrição	
Empréstimos e financiamentos.....	1.062.512	(278.023)	-	278.288	-
Debêntures.....	1.896.479	1.167.160	-	115.627	-
Arrendamentos.....	49.285	(12.921)	14.409	1.042	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	17.508	(236.129)	-	218.621	-
Juros Sobre o Capital Próprio/Dividendos.....	102.079	(747.369)	-	-	1.145.803
<b>Total.....</b>	<b>3.127.863</b>	<b>(107.282)</b>	<b>14.409</b>	<b>613.578</b>	<b>1.145.803</b>

	Consolidado				
	2019	Alterações não Caixa			2020
		Fluxo de caixa	Adição ou transferência	Juros ou Prescrição	
Empréstimos e financiamentos.....	1.347.376	(342.140)	-	297.693	-
Debêntures.....	1.896.479	1.167.160	-	115.627	-
Arrendamentos.....	49.896	(13.275)	15.836	1.080	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	19.067	(243.342)	14.883	219.408	-
Juros Sobre o Capital Próprio/Dividendos.....	102.079	(747.369)	-	-	1.145.803
<b>Total.....</b>	<b>3.414.897</b>	<b>(178.966)</b>	<b>30.719</b>	<b>633.808</b>	<b>1.145.803</b>

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Licença de Instalação  
Em 26 de janeiro de 2021 a Companhia obteve a Licença de Instalação ("LI") do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais ("IBAMA") para o contrato 006/2020 da controlada IETibagi (projeto Três Lagoas). Com a obtenção da LI, as obras já foram iniciadas.

(b) Início da operação  
Em 02 de fevereiro de 2021 a controlada IEAguapei, energizou a subestação Alta Paulista (800 MVA de potência) e 105km de linhas de transmissão, que representam 59% da Receita Anual Permitida ("RAP"), com 6 meses de antecedência do prazo ANEEL.

(c) Emissão de debêntures  
Em 03 de fevereiro de 2021 o Conselho da Administração da Companhia aprovou a 10ª emissão de debêntures, que serão emitidas 672.500 debêntures, totalizando um montante de R\$672.000 com vencimento até 15 de julho de 2044.

(d) Despacho nº 261 ANEEL - Aquisição PBTE  
Em 1º de fevereiro de 2021 a superintendência de fiscalização econômica e financeira da agência nacional de energia elétrica - ANEEL decide anuir previamente à transferência de controle societário indireto da Piratininga-Bandeirantes Transmissora de Energia Ltda. (PBTE) a Companhia.

(e) Dividendos  
Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de fevereiro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$531.163, correspondentes a R\$0,806156 por ação de ambas as espécies. O pagamento ocorrerá em 21 de maio de 2021.

CONTADOR

Carisa Santos Portela Cristal - CRC 1SP 218186/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações financeiras da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Com fundamento nos exames realizados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., o Conselho Fiscal é de opinião que referidos documentos estão aptos a serem submetidos à apreciação e aprovação dos acionistas da Companhia.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

Manuel Domingues de Jesus e Pinho  
Carla Alessandra Trematore  
Ricardo Lopes Cardoso  
Pablo Saint Just Lopes  
Andrea Costa Amancio Negrão

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

Rui Chammas  
Dayron Esteban Urrego Moreno  
Alessandro Gregori Filho  
Sílvia Diniz Wada  
Gabriela Desire Olimpio Pereira

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, Ernst & Young, declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às Demonstrações Financeiras, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

Rui Chammas  
Dayron Esteban Urrego Moreno  
Alessandro Gregori Filho  
Sílvia Diniz Wada  
Gabriela Desire Olimpio Pereira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. ("CTEEP" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**  
**Representação dos valores correspondentes**  
Conforme mencionado na nota explicativa 2.4, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivo efeito nas margens de construção no resultado do exercício, e ao efeito da mudança na apresentação do ativo de concessão oriundo da Lei nº 12.783/2013 (RBSE), as demonstrações dos resultados individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e os valores correspondentes a 31 de dezembro de 2019 apresentados na nota explicativa 7 - Ativos da Concessão, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Lei nº 4.819/58**  
Conforme descrito nas notas 8 e 34, a Companhia mantém registrado contas a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) no montante líquido de R\$1.778.999 mil (R\$1.576.332 mil em 31 de dezembro de 2019), relativo ao não ressarcimento à Companhia pela SEFAZ-SP dos valores repassados a Fundação CESP por conta da Lei nº 4.819/58, que concedeu aos servidores da Companhia, enquanto sob o controle do Estado de São Paulo, as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos. A administração da Companhia vem monitorando os andamentos e desdobramentos relacionados à parte jurídica do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Mensuração do ativo da concessão**  
Conforme divulgado na nota 3.7, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$13.235.561 mil na controladora e R\$16.922.827 mil no consolidado.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com cliente como um assunto significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria tratou o assunto:**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo de concessão da Lei nº 12.783 (RBSE); (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) com apoio de profissionais especializados em avaliação projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia e de suas controladas, que

está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.7 e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.  
Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.  
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.  
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.  
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.  
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021